

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

EDUARDO LOMANDO

**CONJUGALIDADE GAY E LÉSBICA
E REDE DE APOIO SOCIAL**

Profa. Dra. Adriana Wagner
Orientadora

Porto Alegre, Dezembro de 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

CONJUGALIDADE GAY E LÉSBICA E REDE DE APOIO SOCIAL

EDUARDO LOMANDO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Wagner

Porto Alegre, dezembro de 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Eduardo Lomando

CONJUGALIDADE GAY E LÉSBICA E REDE DE APOIO SOCIAL

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Adriana Wagner

Presidente

Prof. Dr. Mayconl Leoni Teodoro

Unisinos

Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi

UFRGS

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, professora Dra. Adriana Wagner, a Adri, pelo carinho que me recebeu, pelo afeto que me conduziu, pela inteligência que me modelou e por acreditar e apostar no árduo tema que escolhi. A ela, meu muito obrigado.

Agradeço a todas as minhas antigas e novas colegas do grupo Dinâmica das Relações Familiares: Cristina, Ananda, Eliane, Luciane, Laura, Diana, João e Karine. Mas em especial a Clarisse, Fabiana, Rosane e Jaqueline, que sempre estiveram do meu lado quando mais precisei. Ao meu grande estatístico Brasília, que com muito bom humor conduziu com maestria nossa análise de dados. Sem ele nada disso teria chegado ao final.

A minha família, em especial a minha mãe Marlene, desculpando-me pela falta da presença e agradecendo pela constante força e energia que sempre me deram e que hoje colhem seus frutos neste trabalho.

Aos meus melhores amigos que me ajudaram no desenvolvimento e por muito tempo me somente ouviram falar nesta temática: Fábio, Rodrigo e Rubens.

Aos meus colegas do CAPS e ao Somos, principalmente a Claudia, Gustavo e Dudu, que nos receberam com muito afeto e nos ajudaram na árdua busca dos participantes, assim como a CAPES, por proporcionar o financiamento do Mestrado.

A estes e a todos aqueles que de alguma forma puderam contribuir para que esta dissertação chegasse ao final, meu muito obrigado.

Resumo

Esta Dissertação de Mestrado pesquisa a relação entre a qualidade do relacionamento conjugal e a rede de apoio social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. O estudo é apresentado na forma de três artigos, sendo um artigo de revisão teórica, um de metodologia e um empírico. O primeiro artigo procura fazer uma crítica histórico-social sobre os termos e conceitos usados na nomeação das relações entre pessoas do mesmo sexo usando a arqueologia do saber de Foucault e o construcionismo social de Berger e Luckman. Pode-se constatar e discutir que as mudanças de termos para a denominação do mesmo fenômeno, funcionam como táticas argumentativas que propiciam o entendimento dessa relação a partir de óticas alternativas. Entretanto, a mudança na terminologia por si só indica a manutenção da mesma construção subjetiva a respeito do fenômeno se não existir uma mudança efetiva no conceito que define as relações entre pessoas do mesmo sexo. O segundo artigo tem como objetivo delinear os passos da construção do instrumento PAS-IF que descreve de forma quantitativa a percepção do apoio social em sete dimensões: Companhia Social, Apoio Emocional, Guia Cognitivo, Controle Social, Ajuda Material, Acesso a Novos Contatos e Aceitação da Orientação Afetivo-sexual; a partir de três mapas: família, amigos e relações de trabalho/escola. O instrumento se mostrou válido na avaliação da rede de apoio social de sujeitos adultos, independente de sua orientação afetivo-sexual, alcançando um coeficiente alpha de Cronbach de 0,887, o que demonstra um alto índice de fidedignidade. O último artigo tem o objetivo de investigar a correlação entre qualidade conjugal e percepção de apoio social na família, nos amigos e nas relações de trabalho/escola de gays e lésbicas. Foram entrevistadas 111 pessoas e houve uma correlação positiva significativa entre qualidade conjugal e ambas as variáveis apoio social da família e apoio social dos amigos. Esse dado nos mostra que as funções de apoio medidas e exercidas pela família e pelos amigos favorecem o desenvolvimento da construção da subjetividade humana, assim como abrem caminho para o desenvolvimento da qualidade conjugal. De forma geral, os resultados desta dissertação nos levam a perceber melhor a forma como usamos os termos para definir as relações entre as pessoas do mesmo sexo, a importância de construir um instrumento complexo e ajudou a perceber a idéia de que a família exerce uma função importante na conjugalidade e nos alertou para as relações de trabalho para gays e lésbicas, espaço a ser pesquisado em futuros estudos.

Palavras-Chave: conjugalidade, gay, lésbica, conceito, rede de apoio social, instrumento.

Área conforme classificação do CNPq:

Área de Conhecimento: Ciências Humanas

7.07.00.00 - 1

Abstract

This Master Dissertation researches about the relation between couple relationship satisfaction and social support network from people who have relations with other from the same sex. The study is presented in three articles, where one is a theoretical review, one is a methodology work and the other one is empiric. The first article has the objective of making a social-historical critic about the terms and used concepts in the denomination of same-sex people relations, using the theoretical proposal of Foucault's knowledge archaeology and Berger and Luckman's social constructionism. From these perspectives we could discuss and realize that the changes on the terms to the denomination of the same phenomenon work as argumentative tactics that provide an alternative view of this relation understanding. However, the change in the terminology per se indicates the maintenance on the same subjective construction in regards to this phenomenon unless there is an effective change in the concept that defines the relations between same sex people. The second article has the goal of showing the steps of the construction of the PAS-IF instrument, that describes in a quantitative way the perception of social support in seven dimensions: Social Company, Emotional Support, Cognitive Guide, Social Control, Material Support, Access to New Contacts and Sexual-Affective Orientation Acceptance; from three maps: family, friends and work/school relationships. The instrument has showed itself valid in the evaluation of the Social Support Network of adult subjects, independent of their affective-sexual orientation, reaching a Cronbach alpha coefficient of 0,887, which demonstrates a high level of reliability. The last article has the objective of investigating the correlation between couple satisfaction and social support perception from gays and lesbians in the family, friends and work/school environment. The sample interviewed was made of 111 people and there was a significant positive correlation between couple satisfaction and both variables social support from family and from friends. This data shows us that the support functions measured and provided by both family and friends promote the development of human human subjective construction as well as it makes space for the development of couple satisfaction. Overall, the results from this dissertation makes us realize in a better way how we use the terms and concepts to define the relationships between same-sex people, the importance of building a complex instrument, helped us to have knowledge of the idea that the family provides an important function on couple relations and made us aware of the work relations to gays and lesbians, a environment to be researched in future studies.

Keywords: couple relation, gay, lesbian, concept, social support network, instrument.

Sumário

Introdução	11
Artigo I: Homo - o quê?! Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo.	16
Artigo II: Percepção do Apoio Social – Inventário de Funções (PAS-IF): A Construção de um Instrumento para população de Gays e Lésbicas.	39
Artigo III: Conjugalidade Gay e Lésbica e Rede de Apoio. O papel da família, dos amigos e das relações de trabalho/escola na qualidade conjugal.	57
Considerações Finais	78
Anexos	80
Anexo A - Carta de Aceite do Comitê de Ética em Pesquisa PUCRS	81
Anexo B – PAS-IF: Percepção do Apoio Social – Inventário de Funções	83
Anexo C – Instrumento Completo	86
Lista de Tabelas	08
Lista de Figuras	08
Lista de Siglas	09

Lista de Tabelas

Artigo Metodológico

Tabela 1: Porcentagem de Concordância entre Dimensões e Frases por Juízes	47
---	----

Tabela 2: Indicação do Número das Questões no Instrumento pelas Dimensões	51
---	----

Artigo Empírico

Tabela 01: Níveis de qualidade conjugal, apoio social e revelação em porcentagem.	68
---	----

Lista de Figuras

Artigo Teórico

Figura 1: Triângulo conceitual pecado-crime-doença	25
--	----

Figura 2: Transformação do Triângulo em Hexágono Conceitual	31
---	----

Artigo Empírico

Figura 1: Qualidade Conjugal, Apoio Social Família e Apoio Social Amigos	70
--	----

Lista de Siglas

AE – Apoio Emocional

AMS – Ajuda Material e de Serviços

ANC – Acesso a Novos Contatos

AOAS – Aceitação da Orientação Afetivo-Sexual

ASA – Apoio Social Amigos

ASF – Apoio Social Família

AST – Apoio Social Trabalho/Escola

CS – Companhia Social

GCC – Guia Cognitivo e Conselheiro

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

HSH – Homem-Sexo-Homem.

OAS – Orientação Afetivo-Sexual.

PAS-IF – Percepção do Apoio Social – Inventário de Funções.

QC – Qualidade Conjugal

RCS – Regulação ou Controle Social

RvA - Revelação aos Amigos da Orientação Afetivo-Sexual

RvF – Revelação à Família da Orientação Afetivo-Sexual

RvT - Revelação ao Trabalho/Escola da Orientação Afetivo-Sexual

Introdução

As mudanças sociais expressas tanto nos macros como nos microsistemas sempre fizeram parte da condição do dinamismo humano. Com o início da desconstrução do preconceito em relação à homoafetividade, a concepção tradicional de família e casamento é posta em cheque; novos arranjos se formam e mais uma vez a ciência é alvo de questionamentos sobre o tema.

A partir desta perspectiva, observa-se um movimento social e científico que vai em direção ao entendimento das particularidades desta expressão do afeto e da sexualidade a partir não mais de visões patológicas, sintomáticas ou aquelas que tentam naturalizar o fenômeno (Dourado, 1967; Zimerman, 2001). Aparece um movimento de buscar compreender e trabalhar para melhorar os níveis de saúde das pessoas que se realizam a partir destas vivências (Elizur & Mintzer, 2003; Foucault, 2007).

A partir dessa perspectiva, decidi enfrentar a difícil aventura de entrar no mundo da conjugalidade homoafetiva para poder entender melhor sua construção e suas relações com a rede social que a circunda.

Na realidade, a temática da homoafetividade entrou na minha vida desde o ano 2000, quando, por acidente, me deparei com o livro “A inocência e o vício” de Jurandir Freire Costa (1992). A partir dali, me interessei por entender os processos que construíam a subjetividade homossexual desde a complexidade desta temática e não somente a partir de noções arraigadas em discursos médicos e religiosos.

A busca pelo grupo de pesquisa Dinâmica das Relações Familiares veio de encontro com meu objetivo de poder acrescentar ao entendimento científico partindo de duas áreas pouco revisadas na literatura: a conjugalidade e a rede de apoio social.

Pesquisas com casais heterossexuais têm demonstrado a importância de poder fazer um entendimento complexo e relacional entre estas duas áreas, visto que já está amplamente difundida a importância da influencia da família de nas relações conjugais (Mosmann, Wagner & Feres-Carneiro, 2006). Entretanto, a partir da ótica das relações entre pessoas do mesmo sexo, é escassa a literatura científica sobre o tema, principalmente com a população brasileira (Green, Bettinger & Zacks, 1996; Elizur & Mintzer, 2003).

Assim, decidimos por fazer uma pesquisa para podermos entender melhor a relação entre qualidade conjugal gay e lésbica e a percepção de apoio social na família, nos amigos e nas relações de trabalho/escola.

Contudo, a primeira dificuldade que nos deparamos foi de abranger a diversidade de termos utilizados para nomear as relações entre pessoas do mesmo sexo, população central do nosso estudo. Desta forma, decidimos por escrever o primeiro artigo da Dissertação que teve como objetivo revisar e problematizar os termos e conceitos empregados na denominação desta relação, fazendo uma crítica histórico-social dos mesmos a partir da proposta teórica da arqueologia do saber de Foucault (2007) e do construcionismo social de Berger e Luckman (2006). O artigo foi intitulado “Homo - o quê?! Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo”.

Dando continuidade ao nosso estudo buscamos instrumentos que pudessem avaliar ambas dimensões: qualidade conjugal e apoio social. Para a primeira utilizamos

o Faces III (Olsom, 2000) que mede coesão e adaptabilidade conjugal. Entretanto, em virtude da especificidade da temática escolhida, não foram satisfatórios os instrumentos encontrados. Assim, decidimos por criar um instrumento que pudesse medir a percepção do apoio social, mas que também pudesse ser utilizado de forma ampla, independente da orientação afetivo-sexual dos entrevistados. Seguindo-se os passos para a construção de instrumentos científicos (Stein, et al. 2005), criou-se o segundo artigo da dissertação, que se intitula “Percepção do Apoio Social –Inventário de Funções (PAS-IF): A Construção de um Instrumento para população de Gays e Lésbicas”. O instrumento se mostrou válido na avaliação da rede de apoio social de sujeitos adultos, alcançando um coeficiente alpha de Cronbach de 0,887, o que demonstra um alto índice de fidedignidade.

Utilizando este instrumento, o Faces III e um questionário sócio-bio-demográfico, aplicamos e recolhemos dados de 111 sujeitos que estavam numa relação com outro do mesmo sexo. A partir deste estudo, correlacionamos a qualidade conjugal e a percepção de apoio na família, nos amigos e nas relações de trabalho/escola encontrando correlações significativas entre qualidade conjugal e apoio social na família e nos amigos. Desta forma, escrevemos o terceiro artigo desta dissertação intitulado “Conjugalidade Gay e Lésbica e Rede de Apoio. O papel da família, dos amigos e das relações de trabalho/escola na qualidade conjugal”.

Ao final desse documento, são apresentadas considerações gerais sobre todo o processo de constituição deste estudo referentes aos artigos apresentados, às limitações do trabalho e às perspectivas futuras.

Referências

- Berger, P & Luckmann, T. (2006). *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 26ª. Ed., Petrópolis: Vozes.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Dourado, L.A. (1967). *Homossexualismo e Delinquência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Elizur, Y. & Mintzer, A. (2003). Gay males' intimate relationship quality: the roles of attachment security, gay identity, social support, and income. Personal Relationships, 10, 411-435.
- Foucault, M. (2007). *A Arqueologia do Saber*. 7ª. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Green, R. J.; Bettinger, M. & Zacks, E. (1996). Are lesbians couples fused and gay male couples disengaged?: questioning gender straightjackets. In J. Laird & R.J. Green (1996): Lesbians and gays in couples and families. San Francisco: Jossey-Bass.
- Mosmann, C. P., Wagner, A., & Feres-Carneiro, T. (2006). Qualidade Conjugal: Mapeando conceitos. Paideia (Ribeirao Preto), 16, 315-325.
- Olsom, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. Journal of Family Therapy, 22, 144-167.
- Stein, L., Falcke, D., Predebon, J., Rocha, K., Ávila, L. & Azambuja, M. (2005). A construção de um instrumento de avaliação discente de um programa de pós-graduação. *Psico-USF*, 10 (2), 141-147.

Zimerman, D. (2001). Vocabulário contemporâneo de psicanálise. Porto Alegre:
Artmed.

ARTIGO I

HOMO - O QUÊ?!

REFLEXÕES SOBRE TERMOS E CONCEITOS DAS RELAÇÕES ENTRE
PESSOAS DO MESMO SEXO

Homo - o quê?!

Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo

Eduardo Lomando*

Adriana Wagner**

Resumo

Existem diversas formas de denominar as relações entre pessoas do mesmo sexo: sodomia, homossexualismo, homossexual, HSH (Homem-sexo-Homem), homoerotismo, são algumas encontradas na literatura especializada. Este artigo tem como objetivo revisar e problematizar os termos e conceitos empregados na denominação desta relação, fazendo uma crítica histórico-social dos mesmos a partir da proposta teórica da arqueologia do saber de Foucault e do construcionismo social de Berger e Luckman. Nessas perspectivas, pode-se constatar e discutir que as mudanças de termos para a denominação do mesmo fenômeno, funcionam como táticas argumentativas que propiciam o entendimento dessa relação a partir de óticas alternativas. Entretanto, a mudança na terminologia por si só indica a manutenção da mesma construção subjetiva a respeito do fenômeno se não existir uma mudança efetiva no conceito que define as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Palavras-chave: relação do mesmo sexo, homossexual, gay e lésbica, termo, conceito.

Abstract

There are several ways of denominating same sex relations: sodomy, homosexuality, MSM (Men-Sex-Men), homoerotism, are some found in the specific literature. This article has the objective of revising and rendering problematic the terms and used concepts in the denomination of this relation, as well as do a social-historical critic of them all from the theoretical proposal of Foucault's knowledge archaeology and Berger and Luckman's social constructionism. From these perspectives we could discuss and realize that the changes on the terms to the denomination of the same phenomenon work as argumentative tactics that provide an alternative view of this relation understanding. However, the change in the terminology per se indicates the maintenance on the same subjective construction in regards to this phenomenon unless there is an effective change in the concept that defines the relations between same sex people.

Key-words: same-sex relation, homosexual, gay and lesbian, term, concept.

* Psicólogo. Terapeuta de Casal e Família. Mestrando em Psicologia Social PUCRS. Bolsista CAPES.

** Doutora em Psicologia. Professora – Adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Terapeuta de Casal e Família. Coordenadora do Grupo “Dinâmica das Relações Familiares”. Pesquisadora Cnpq.

Introdução

O fenômeno das relações de intimidade sexual e afetiva tem demonstrado diferentes aspectos com o passar do tempo, sendo modificado pelas mudanças culturais e históricas que influenciam na sua construção e desenvolvimento. Dentro disso, a temática sobre o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo não é exceção; muito pelo contrário, é um exemplo da construção social de um fenômeno humano.

Desde quando existem homossexuais? Desde quando existem gays, lésbicas e bissexuais? Se o leitor respondeu apressadamente “desde sempre”, enganou-se. Os “homossexuais” existem desde o aparecimento destas terminologias, criadas em momentos específicos, para finalidades mais peculiares ainda. Entretanto, a relação de intimidade sexual e afetiva entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu.

E a sodomia? Existe alguma relação deste signo com a contemporaneidade, onde se fala de adoção, casamento e homoparentalidade? Porque a necessidade de tantos termos como homoafetividade ou homoerotismo? Sem contar as siglas usadas em pesquisas da atualidade, como HSH (Homem-Sexo-Homem), GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e outras.

Partindo destes questionamentos, o objetivo deste artigo é revisar e problematizar os termos e conceitos utilizados na abordagem deste assunto, fazendo uma crítica histórico-social dos mesmos. Para atingir estes objetivos, tomamos a proposta teórica da arqueologia do saber de Foucault (2007a) e do enfoque no construcionismo social de Berger e Luckman (2006). Ambos propõem uma análise da realidade dada como real e objetiva através da descrição crítica do discurso dos sujeitos, avaliando processos de reificação e legitimação de saberes.

Termos, Conceitos e Contextos

Existiriam gays nos povos das cavernas? Haveria lésbicas adotando crianças na época medieval européia? Ambas as perguntas soam, de certa forma, estranhas. Isso é um pequeno exemplo de como existe uma diferença entre as possibilidades de relações pessoais e os termos que empregamos para defini-las. Segundo historiadores (Spencer, 1996; Richlin, 2005) é possível encontrar em diversos documentos, histórias, pinturas, esculturas, poemas, músicas e mitos culturais diversas nuances relacionadas à sexualidade e à afetividade entre pessoas do mesmo sexo, ou como resumiu metaforicamente Oscar Wilde, “*o amor que não ousa dizer seu nome*”. Todavia, a palavra “homossexualidade” propriamente dita e empregada da forma como a conhecemos hoje é de fato uma construção relativamente nova.

Até meados do Século XVII não existia uma palavra específica para identificar um sujeito como hoje identificamos. Entretanto, a prática da relação sexual através do ânus, ou coito anal, mais conhecida como prática de **sodomia** era exercida entre as pessoas. Este termo tem sua origem no ocidente através da Bíblia. Dentre outros temas, este livro sagrado conta parte da história da cidade de Sodoma, condenada por Deus pela prática do coito anal entre homens e também de homens em mulheres, dentre outras relações sexuais vistas como pecaminosas. Assim, a forma bíblico-religiosa de compreender a relação sexual anal entre homens foi socialmente indicada como **pecado**. É importante notar que esta denominação e suas conseqüências são específicas entre os homens que praticavam o coito, mas não entre as mulheres. Entendia-se que as mulheres não eram portadoras de aparatos sexuais competentes para a penetração, jamais podendo sentir prazer sexual como quando vindo de um homem. Desta forma, simplesmente não existiria pecado no ato. Vinha dos pais ou maridos a decisão da

punição ou não às mulheres que fossem pegas cometendo o ato com outra mulher. Ou seja, estava invisível para o entendimento da época que duas mulheres poderiam ter prazer sexual ou afetivo (Spencer, 1996).

Em contrapartida, em outras sociedades, como a grega, chinesa, japonesa e em muitas tribos indígenas o relacionamento entre dois homens fazia parte da cultura social. Mas o mais interessante, e não muito divulgado, está no que há de comum entre todas essas culturas: este ato estava ligado ao poder e ao conhecimento, pois o homem mais velho somente poderia estar em posição ativa na penetração, como uma demonstração de poder e saber sexual e intelectual que deveria ser transmitido ao mais jovem. Já este, sempre deveria estar em posição passiva, sendo o detentor da juventude, da estética e da inexperiência. O ato era visto como nobre se fossem seguidas as determinadas regras sociais e fazia parte de como a elite desses povos passava noções de cultura, política, artes, filosofia e sexualidade (Richlin, 2005).

Em todas estas culturas o comportamento sexual era mediado pelas relações de poder, que se dava através do controle da sexualidade e da forma como eram conceituadas as suas mais diversas expressões. Nesse caso, a sodomia desde uma perspectiva religiosa era considerada pecado; já para o Estado, o conceito dado a essa prática foi o de crime. Atualmente, muitos países criminalizam esta prática e muitos homens já foram mortos e presos por praticarem o coito anal (Mott, 2000), sendo ainda punida por lei em aproximadamente 75 Estados, como Afeganistão, Egito, Índia, Marrocos e Nigéria. A condenação pode ir além de dez anos de prisão; por vezes, a lei prevê a prisão perpétua e, em algumas nações, a pena de morte tem sido efetivamente aplicada (International Lesbian and Gay Association, 2007).

Também é possível encontrar em sociedades, principalmente latinas, a prática da sodomia como algo descolado de uma identidade homossexual, onde homens que penetram outros homens não se identificam como homossexuais, pois relatam que aquele sujeito que se deixa ser penetrado é quem assume o papel “feminino” (Castañeda, 2007). Algumas pesquisas utilizam-se dessa premissa e categorizam este fenômeno como **Homem-Sexo-Homem** (HSH), ou do inglês Men-Sex-Men (MSM) tanto como demanda da pluralidade e exotismo de práticas sexuais entre homens (Parker, 2002) quanto para fins de definição de amostra (Yoshikawa, Wilson, Chae & Cheng, 2004; Beloqui, 2008). Este termo é usado para indicar homens que mantêm parcerias sexuais e práticas eróticas com outros homens (Rios, 2008).

Faz-se importante ressaltar que, ambas as expressões, sodomia e HSH, relacionam-se a conceitos que definem seus conteúdos pela prática cotidiana de atos sexuais praticados e voltados aos homens, e não às mulheres. Além disso, apesar de ser encontrado na literatura a palavra **sodomita**, ainda assim entende-se esta como referida a uma pessoa praticante de um ato pecaminoso, que está sujeita à confissão, abstinência, penitência e absolvição (Foucault, 2007b). Tanto na perspectiva de entendimento religioso quanto científico destas terminologias específicas, estes são termos que somente definem o ato sexual e masculino.

Faz-se importante ressaltar, entretanto, que a terminologia HSH, encerra apenas uma faceta desta população que se constitui de muitas outras identidades e modos de vida. Essa terminologia, apesar de ser uma evolução da idéia pejorativa e pecaminosa de um tipo de prática sexual, não contempla a sexualidade feminina, mantendo-as na invisibilidade. Estes termos ainda estão baseados na visão minimalista de um sujeito determinado pela forma que expressa a sexualidade, excluindo parâmetros afetivos e vinculares.

Nesse caso, essa terminologia define uma prática, um ato. Já o termo **homossexualismo** e, conseqüentemente, o **homossexual**, não partem da mesma maneira de se compreender o ser humano. Com o advento do termo homossexualismo, a prática da sodomia foi associada como um dos sintomas característicos de um sujeito não só pecaminoso, mas também **doente mental**. Antes do advento deste termo, o fato de não praticar a sodomia deixava o sujeito livre de pecado e crime. Porém, com a institucionalização deste sujeito, com a incorporação da prática a uma maneira de entender uma “pessoa homossexual”, uma vez praticante, obtinha-se o rótulo para uma toda uma vida, conforme descrito na literatura:

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (Foucault, 2007b, p.51)

A história do termo homossexualismo inicia no final do Século XIX. A primeira forma de categorizar e “sujeitar” homens e mulheres que têm seu afeto e sua sexualidade voltados para pessoas do mesmo sexo foi médico-psiquiátrica. Porém, existe uma diferença quanto à autoria do termo, sendo atribuída a partir dos artigos do Psiquiatra Westphal em 1870 (Foucault, 2007b) e R. Von Krafft-Ebing (Spencer, 1996), ambos de origem alemã, e em 1860 pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert (Roudinesco, 1998). Iniciou-se o uso do termo homossexualismo para identificar pessoas que mantinham relação sexual com alguém do mesmo sexo, definindo estas características como de orientação patológica. Mas por que levar esta expressão da sexualidade humana para o terreno da doença e por que criar um nome específico para ela?

Em meados do século XVIII, a sexualidade já tinha sido tomada como um tema que dizia respeito à Igreja e ao Estado. Com o surgimento das noções econômicas da propriedade privada, era função dos homens, chefes de família, controlar seus bens materiais e os processos de herança (Engels, 1995). Desta forma, uma das possibilidades mais importantes para a estruturação deste controle era o comando e a manutenção da expressão da sexualidade.

Como se poderia saber, em épocas medievais, se os filhos do matrimônio entre marido e esposa eram legítimos e herdariam com a morte do patriarca os bens da família? Por isso, criou-se todo um mecanismo social e político para o controle da sexualidade a fim de que esta servisse às principais demandas destas instituições. Assim, legitimou-se toda uma forma rígida e correta da expressão da sexualidade que não fosse pecaminosa e que pudesse ser praticada para fins de reprodução e sublimação do desejo em prol da força de trabalho. É como se tanto o Estado quanto à Igreja, que exibiam limites muito tênues em relação aos interesses de poder, tivessem a pretensão de amarrar em uma rede a sexualidade humana para que seus frutos fossem controlados como numa linha de produção. Mas essa não permanece dentro de uma rede por completo; transborda os limites impostos pela razão humana e continua se expressando das mais diversas formas. Nesse contexto, instância conjugal foi uma das mais afetadas; o casal conjugal era submetido a leis patriarcais que ditavam regras que vinham desde posições sexuais corretas e pecaminosas às condutas sociais apropriadas. Ou seja, criou-se um dualismo onde as condutas do papel masculino e feminino eram pré-definidos e julgados como “devidas”.

No século XIX, a entrada do discurso psiquiátrico dá uma nova noção conceitual às relações entre pessoas do mesmo sexo. A psiquiatria também toma estas relações como uma área de trabalho e o qualifica como de ordem patológica. Cria-se, em

consequência, a noção de uma sexualidade que é “indevida” e que subordina a todos os grupos que exercem a sua sexualidade de formas diversas (Silva Neto, 2008). Institui-se uma *versão* natural e apropriada do regime da sexualidade, sendo que tudo que não a contempla está fora desta versão; ou seja, está no domínio da *perversão*. Tudo o que não é o ato sexual animal da junção de dois órgãos sexuais diferentes para fins de reprodução é perverso: pedofilia, necrofilia, masturbação, homossexualismo, entre outros, são subjugados como categorias perversas e criminosas.

O natural torna-se normal. O sujeito homossexual torna-se novamente alvo do discurso subjetivante; torna-se o anormal. Em torno da década de 20, Sigmund Freud e Sandor Ferenczi, a partir dos meios que dispunham e, apesar de entenderem a homossexualidade como uma suspensão do desenvolvimento sexual normal, opuseram-se a qualquer discriminação, diferenciação, criminalização, patologização e ao uso da psicanálise como cura. Sob a pressão de psicanalistas como Karl Abraham e Ernest Jones, da International Psychoanalytical Association (IPA), Freud e Ferenczi cederam; a partir daí, a homossexualidade novamente foi considerada como “tara” e os homossexuais foram impedidos de se tornarem psicanalistas (Freud, 1997; Roudinesco, 1998).

O homossexual passa somente a ser reconhecido como escravo do gozo do outro, como sendo possuidor de uma sexualidade parcial, como narcisismo e psicopatia sexual. (Alves & Souza, 2004; Dourado, 1967). Dentro deste contexto histórico, a relação entre pessoas do mesmo sexo foi concebida dentro de um triângulo conceitual fechado: **pecado-crime-doença**, como mostra a Figura 1. (Spencer, 1996).

Figura 1: Triângulo Conceitual Pecado-Crime-Doença



Este paradigma da ciência, da lógica objetiva, da política e da religião dá base ao que Berger e Luckman (2006) definem como **reificação**. Os autores explicam que o processo de reificação é a tomada dos fenômenos, ou atividades humanas, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis naturais ou até mesmo divinas. Desta forma, implica a própria capacidade do esquecimento da autoria perante o mundo humano. Ou seja, da perda não-consciente da constante dialética entre o homem, produtor, e seus produtos. É ignorar que existe um retorno intersubjetivo, onde produto gera o discurso do produtor e o (re)subjetiva, tornando-o sujeito deste discurso.

Desta forma, é dizer que o mesmo homem que cria o “homossexual”, e toda sua conceituação previamente explicitada, além de contribuir para a continuidade da rigidez de subjetivação destes sujeitos, reifica-o: prende o termo homossexualismo numa origem natural que o conceitua como estrutura e moraliza pela culpabilização. Desumaniza o sujeito e joga-o num “esgoto social” para garantir a produção de uma subjetividade condizente com as diretrizes de poder predominantes. Esquece-se este processo (reificação) e toma-se como realidade objetiva que a homossexualidade *é* uma doença mental. É a velha história da receita do peixe sem rabo e sem cabeça, onde a neta aprende a receita do prato e se questiona porque deve tirar a cabeça e o rabo do peixe. Ao perguntar à sua mãe e, não satisfeita, à sua avó, recebe a mesma resposta: “Porque é assim que se faz, querida”. Ainda não satisfeita, vai à bisavó, autora da receita do peixe. E esta lhe diz: “Minha filha, eu tirava a cabeça e o rabo porque éramos pobres e minha forma era muito pequena. Mas você tira se quiser”. A menina da história

buscou a origem da naturalização da receita e percebeu que poderia fazer diferente, que poderia ser autora deste processo.

Não estamos defendendo a idéia de que pessoas que tem relações com outras do mesmo sexo não cometem pecados, não são criminosos ou não adoecem mentalmente. Nosso intuito é criticar o “sacrifício” de uma das expressões da sexualidade/afetividade em prol de um controle social através da objetivação de um fenômeno complexo. É questionar a necessidade humana da objetivação de um fenômeno que já nos provou transcender esses limites:

A objetividade do mundo social significa que este faz frente ao homem como algo situado fora dele. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e portanto, pode ser refeito por eles.
(Berger & Luckmann, 2006, p. 123)

Se mantivermos a noção objetiva e natural de que as relações entre pessoas do mesmo sexo somente existem dentro deste triângulo, criamos uma máquina social capaz de gerar um sujeito homossexual que comete pecados, é autor de crimes e adoeca mentalmente. Olhamos para este fenômeno e o subjetivamos com estes conceitos. Criamos o sujeito que crê em Deus e se penitencia por ter desejos homoafetivos; criamos os becos e redutos que comportam o sujeito que foge do julgamento social para se expressar de forma mais livre e o prendemos por ser um marginal; oferecemos curas, tratamentos e ilusões para o sujeito que deseja livrar-se do pecado e do crime, mas permanece preso à doença.

E todos viveram (in)felizes para sempre?

Passam-se anos. Décadas. Mais de um século. Estávamos até aqui citando dinâmicas sociais do Século XIX. Entramos no Século XX e finalmente inicia-se um movimento para a desconstrução de identidades afetivo-sexuais estigmatizadas e represarias contra a patologização da homossexualidade. Ainda assim, a 9ª. edição da CID – Classificação Internacional de Doenças (Organização Mundial de Saúde, 1979) elaborada em Genebra de 1976 e adotada em 1979 no Brasil, dizia: “V. TRANSTORNOS MENTAIS ... TRANSTORNOS NEURÓTICOS, TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE E OUTROS TRANSTORNOS NÃO PSICÓTICOS (300-316) ... 302 – Desvios e transtornos sexuais ... 302.0/1 Homossexualidade” (p.57-60).

Por mais de um século sendo engolfado como categoria sintomática, o dito homossexualismo é retirado da lista de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria em 1973. Nesta mesma época, também é declarado o fim da condenação do exercício homossexual no Código Penal. Dezenove anos mais tarde, em 1992, a Organização Mundial de Saúde segue os mesmos passos (Arán, 2003; Castañeda, 2007). Em 1985, no Brasil, foi declarado pelo Conselho Federal de Medicina, sob consulta do Ministério da Saúde, que casos onde a questão era pela homossexualidade o enquadre ficaria no item V-65 do CID-9: Outras Circunstâncias Psicossociais. Porém, ficava a critério avaliar se o comportamento era patológico, podendo continuar a ser enquadrado pelas condições nosológicas básicas. E finalmente em 1999, o Conselho Federal de Psicologia se pronuncia e estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual:

Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão ... Os psicólogos deverão contribuir, com seu

conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas ... não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas ... não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. (Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/99, 1999).

Podemos perceber que este processo está incluído no que Foucault denomina como *Arqueologia do Saber* (Foucault, 2007a). Este conceito propõe uma revisão dos processos que autenticam os conhecimentos de certo momento histórico, dando luz a outros conhecimentos ou práticas anuladas por mecanismos de poder vigentes. Neste caso, poder revisar de forma crítica os contextos influenciados pelo Estado, Igreja e Ciências Médicas desvelou os mecanismos de controle social existentes por traz dos conceitos estabelecidos às relações entre pessoas do mesmo sexo.

Todas essas ações foram marcos importante para o estabelecimento de uma nova forma de percepção destas relações, iniciando um movimento de inclusão civil desta expressão da sexualidade.

Mudando os Termos

Criam-se diferentes termos para a compreensão deste fenômeno que recebe o olhar de diversas áreas do conhecimento humano, inclusive da Psicologia.

No início dos anos 90, passou-se a entender como fundamental o movimento de homens e mulheres estarem assumindo para si e publicamente a linguagem do afeto e da preocupação sentimental em suas parcerias com outras do mesmo sexo, possibilitando

estabelecer relações conjugais estáveis e fazer escolhas amorosas que valorizam atributos como companheirismo, integridade e carinho (Féres-Carneiro, 1997).

Jaques Lacan foi o primeiro psicanalista pós-freudiano a romper definitivamente com a perseguição contra os homossexuais na IPA (International Psychological Association) recebendo-os como didatas e reativando a tolerância freudiana para com as pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo (Roudinesco, 1998).

Jurandir Freire Costa (1992), no início dos anos 90, inaugura o termo *homoerotismo* no Brasil, colocando este em contraposição explícita aos termos homossexual e homossexualismo por três razões: teórica, histórica e pré-conceitual. Argumenta o autor que, primeiramente, trata-se de um termo com uma noção mais flexível e descritiva das pluralidades das práticas direcionadas à orientação ao mesmo sexo, a fim de desconstruir a idéia de essência ou estrutura humana homossexual, doença ou anormalidade. Além disso, porque o termo não possui a forma substantiva indicativa de identidade; fala-se de um “homem homoeroticamente inclinado”, mostrando que o “homem homossexual” é uma realidade lingüística e não natural. Segundo, argumenta que o “homossexual” foi uma personagem imaginária com a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade e virilidade requerido pela família burguesa oitocentista, ocultando-se as diversas expressões homoeróticas de diversos personagens históricos como Sócrates, Júlio Cesar, Alexandre e Ricardo Coração de Leão. Por fim, o autor salienta que a carga de preconceito contida no uso das palavras é autônoma à intenção moral de quem as emprega. Esta montagem leva-nos a reiterar que existe este tipo humano e reforça a discriminação locada no sistema de nomeação responsável pela fixação dos sujeitos nos locais prescritos. Deve-se, então, desfazer esta engrenagem e não sustentar termos que a deixam intacta em sua base.

Este autor cria uma estratégia terminológica para questionar um conceito fechado como o do sujeito homossexual com o intuito de questionar a moral e a conceituação, levando o leitor a criticar uma realidade dada como natural. Porém, não concordamos com a idéia fechada da autonomia entre preconceito e moral. Entendemos que existe também a possibilidade do uso de termos com diferentes conceituações e diferentes cargas morais. O uso da palavra homossexual tem, pelo menos, 138 anos de idade; já o conceito por trás dela vem se expandindo cada vez mais, o exercício do preconceito vem diminuindo e outras possibilidades de subjetivação estão cada vez mais abrangentes. Entretanto, o uso do termo perdura.

Seguindo este caminho de questionamento e desconstrução de termos danosos, o Direito brasileiro também embarca na discussão da relação entre pessoas do mesmo sexo, mostrando-se ainda com dificuldades no reconhecimento da estrutura do afeto destes vínculos. A desembargadora Maria Berenice Dias inaugura formalmente o termo *homoafetividade* no Brasil como substitutivo à homossexualidade com o intuito de explicitar o conceito de afeto das relações, baseando-se nas evidências das relações duradouras, dos bens compartilhados, dos elos afetivos, da parentalidade e, principalmente, da ausência de leis, mas não da ausência de direitos (Dias, 2003). Muda-se o sufixo sexual para afetividade, como dispositivo possibilitador de reflexão social.

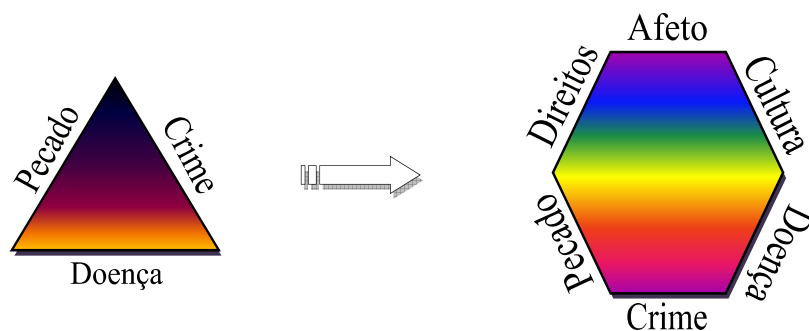
Ao mesmo tempo, encontramos artigos científicos brasileiros (Féres-Carneiro, 1997; Mello, 2005) que utilizam os termos *gay* e *lésbica* para se referirem a pessoas que mantêm relações afetivo-sexuais com outras do mesmo sexo, sendo eles, respectivamente, homens e mulheres. Os termos *gay* e *lésbica* são utilizados nestes trabalhos, pois estas são as palavras mais utilizadas por estes sujeitos ao se referirem às suas identidades. Encontramo-nos neste ponto com o surgimento de termos a partir da ótica das pessoas que vivem nestes contextos. Inicia-se toda uma construção de uma

identidade gay e lésbica. Complexifica-se uma importante diferenciação entre a dinâmica deste fenômeno entre homens (gays), mulheres (lésbicas), bissexuais, transexuais, travestis, entre outros, ao invés de um único termo uniformizador. Cria-se uma noção cultural e um modo de produção social no “ser” GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) (Castañeda, 2007). Abre-se um caminho para o mercado capitalista que, interessado na renda destas pessoas, produz em cima desta expressão cultural com propagandas direcionadas, boates gays, bares de lésbicas, vestimentas, etc. Transmutam-se os termos: o “veado” ou “bixa” agora também é o gay; a “sapatão” agora também é a lésbica; o “gilete” ou “enrustido” agora também é bissexual.

Mudança no Conceito?

Através deste panorama histórico-social, entende-se que o conceito em relação ao vínculo entre pessoas do mesmo sexo sofreu diversas mudanças. Ao triângulo pecado-crime-doença, construído em suas bases pela Igreja, pelo Estado e pelas Ciências Médicas é anexado noções vindas das Ciências Humanas e Sociais, transformando-se num hexágono: *Pecado-Crime-Doença-Direitos-Afeto-Cultura*, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Transformação do Triângulo em Hexágono Conceitual.



Inauguram-se movimentos sociais, intelectuais e políticos com o objetivo de desconstruir este sujeito preso no antigo triângulo. São lançadas novas noções que possibilitam outras formas de subjetivação às relações entre pessoas do mesmo sexo. A afetividade se explicita nos vínculos amorosos, nos relacionamentos mais duradouros e no desejo à parentalidade e ao matrimônio. A cultura se expressa na música, na arte, na estética e nas novas possibilidades de entrada no mercado de trabalho. E o direito se explicita na luta e conquista do reconhecimento legal de todas essas possibilidades. Criam-se novos caminhos que possibilitam a constituição subjetiva além da idéia triangular. Estamos falando agora de um hexágono conceitual.

Ressaltamos que esta idéia é sistêmica, ou seja, interativa e circular. Vivemos numa época onde todos estes conceitos coexistem e se relacionam, criando uma amalgama de possibilidades na constituição dos termos, conceitos e subjetivações. Enquanto na Dinamarca lésbicas se casam, no Brasil discute-se a legalidade da adoção por casais homoafetivos e no Oriente Médio pune-se e encarceram-se sodomitas.

É a partir desta complexidade que devemos estar atentos às diferenças entre os termos que se utilizam e os conceitos por detrás deles. Ou seja, todos estes novos termos correm o risco de se manterem na mesma noção do “sujeito homossexual” anteriormente citado. Podemos estar fugindo deste sujeito, mas nos encurralando em outro. A busca pelas causas da homossexualidade é um exemplo disso.

Noções biomédicas de causalidade são levantadas desde o início do século com o intuito de buscar as mais diversificadas fontes para a explicação deste fenômeno: anormalidade em órgãos genitais, anomalias da dentição, pés, cabelo, combinações anormais de hormônios e volume do hipotálamo. Nenhuma destas pesquisas teve significação científica para estabelecer correlações aceitáveis. A mais próxima destas foi a Genética, que chegara a estabelecer uma possível correlação entre a genética e a

homossexualidade em irmãos gêmeos, em 50% dos casos estudados; mas ainda assim deixando os outros 50% dos casos sem explicação causal deste fenômeno. No entanto, o que mais interessa é compreender a dialógica destes conhecimentos(Castañeda, 2007).

Por um lado, partidários homofóbicos buscam maneiras de intervir biologicamente neste fenômeno e defendem que a ciência ainda é muito jovem e dispõe de poucos recursos para entender a complexidade deste “problema”. Já os partidários defensores da causa fundamentam sua defesa no fato de que se é um fenômeno natural, não pode ser contrário à natureza. Deve ser entendido como o “canhoto” ou como pessoas de grupos sanguíneos diferentes (Castañeda, 2007). Como é possível se falar da causa da homossexualidade quando se está perguntando sobre um termo cujo conceito foi previamente criado sob total influencia religiosa, política e médica? É usar um termo que foi inventado para uma função de manter uma sociedade controlada, e ainda assim questionar sua origem (Costa, 1992; Berger & Luckman, 2006; Foucault 2007b). A origem já foi dada; mas, por processos de uso do poder, do saber e de reificação, esquece-se dela e entende-se o termo como estrutura de um sujeito que, independente de contexto histórico, já está nomeado.

É a clássica discussão dos pais de homossexuais, onde um diz ao outro: “*não é um problema, além do mais se é genético é natural.*”. E o outro responde: “*mas vamos ver de quem é o gene ruim!*”. Ambos podem estar visualizando o mesmo termo a partir do mesmo conhecimento científico, mas utilizando conceitos diferentes na sua explicação.

Considerações Finais

Entendemos que é nesta dialógica da crítica ao sujeito que residem possibilidades para outras subjetivações além das “originais”, como pecado, crime e doença. Entendemos que a partir do olhar de outras áreas do conhecimento foi possível compreender que as relações entre pessoas do mesmo sexo expressam afetividade, modificam a cultura e necessitam da proteção do Estado.

Mas em relação à terminologia utilizada para objetivar estas relações, arriscamos perguntar: por que criar esses nomes? Por que usar primeiramente a ciência e não nos deixar levar pela própria experiência da sexualidade? Por que não falamos da sexualidade como um contínuo onde o ser humano se experimente e se dê o próprio limite do seu gozo? Por que temos que ser hétero ou homo, por que não sermos a amálgama, a dialética de nossas experimentações, sem nos preocuparmos se estamos contidos num grupo cultural, numa categoria nosográfica ou num grupo religioso?

Resta aí o embate de cada um com o prazeroso, porém temeroso, encontro com o que Foucault revela: a *ars erotica*, a arte das iniciações ainda não conquistada por nossa civilização. Nesta arte da sexualidade, a relação entre pessoas do mesmo sexo continua sendo inconstante e dinâmica. E esta revela uma pluralidade de significados, que podem ser explorados ou trancafiados; experimentados ou controlados.

Entretanto, vivemos numa cultura que se transcreve na linguagem como forma de expressão e construção social. Seria pueril fugir dos termos ou proibi-los. Falamos de um “sujeito” que necessita de noções objetivas para ser entendido. Flui do sodomita ao homossexualismo. Cambia ao homossexual e deságua no homo-erótico-afetivo; se transporta do termo de uma sigla (H) para cinco (GLBTT). Luta-se por uma

compreensão mais complexa, mais sadia, respeitada e principalmente sem rótulos. Mas ainda assim, o maior rótulo, o mais enraizado, não é necessariamente o termo que se usa como referência; mas sim o uso dos seus conceitos.

É a mudança dos conceitos por detrás dos termos que gera a produção subjetiva social. Os termos são metáforas que transportam estas amálgamas; são usados como táticas argumentativas, podendo proporcionar duas fontes de poder: o controle social e reflexão crítica.

Espera-se que este artigo tenha podido proporcionar ao leitor a segunda opção, pois a primeira, neste aspecto, é geradora de preconceito e sofrimento.

Referências

- Alves, K & Souza, S. (2004). A perversão sobre a ótica da medicina legal. *Reverso*, 26 (51), 85-90.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, 2 (11), 399-422.
- Beloqui, J. (2008). Risco relativo para AIDS de homens homo/bissexuais em relação aos heterossexuais. *Rev Saúde Pública*, 42 (3), 437-42.
- Berger, P & Luckmann, T. (2006). *A Construção Social da Realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 26ª. Ed., Petrópolis: Vozes.
- Castañeda, M. (2007). *A Experiência Homossexual*. São Paulo: A Girafa Editora.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Dias, M.B. (2003). *Homoafetividade – o que diz a justiça! As pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Dourado, L.A. (1967). *Homossexualismo e Delinquência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Engels, F. (1995). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 15ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2 (10), 351-368.

- Foucault, M. (2007a). *A Arqueologia do Saber*. 7ª. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2007b). *A história da Sexualidade. A vontade de saber*. 7ª. ed., São Paulo: Graal.
- Freud, S. (1997). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- International Lesbian and Gay Association (2007). *Homofobia do Estado. Uma pesquisa mundial sobre legislações que proíbem relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo*. Obtido em 20 de Novembro, 2008, de http://www.ilga.org/statehomophobia/Homofobia_do_Estado_ILGA_07.pdf.
- Mello, L. (2005). Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*, 24, 197-225.
- Mott, L. (2000). *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Organização Mundial de Saúde (1979). *CID – Classificação Internacional de Doenças*. 9ª. rev. Porto Alegre: Sagra Editora e Distribuidora.
- Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/99 (1999). Obtido em 09 de Junho, 2008, de http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf.
- Richlin, A (2005). Eros underground: Greece and Rome in gay print culture, 1953-65. *Journal of Homosexuality*, 49 (3-4). 421-461.
- Rios, L. F. (2008). Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 13 (2).
- Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Silva Neto, J., Strey, M. (2007). *Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal*. In M. Strey, J. Silva Neto & L. Horta (2007): Família e Gênero. Porto Alegre: Edipucrs.

Spencer, C. (1996). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record.

Yoshikawa, H., Wilson, P. A., Chae, D. H. & Cheng, J. F. (2004). Do family and friendship networks protect against the influence of discrimination on mental health and HIV risk among Asian and Pacific Islander gay men? *AIDS Education and Prevention*, 16 (1), 84-100.

ARTIGO II

PERCEPÇÃO DO APOIO SOCIAL –INVENTÁRIO DE FUNÇÕES (PAS-IF): A
CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA POPULAÇÃO DE GAYS E
LÉSBICAS

Percepção do Apoio Social –Inventário de Funções (PAS-IF):

A Construção de um Instrumento para população de Gays e Lésbicas

Eduardo Lomando*

Adriana Wagner**

Resumo

O conceito Rede refere à inter-relação de elementos que estão em constante influência. Já a Rede de Apoio Social é constituída pelas relações significativas que uma pessoa tem e que cumprem funções de suporte. Este artigo tem como objetivo delinear os passos da construção do instrumento PAS-IF que descreve de forma quantitativa a percepção do apoio social em sete dimensões: Companhia Social, Apoio Emocional, Guia Cognitivo, Controle Social, Ajuda Material, Acesso a Novos Contatos e Aceitação da Orientação Afetivo-sexual; a partir de três mapas: família, amigos e relações de trabalho/escola. O instrumento se mostrou válido na avaliação da rede de apoio social de sujeitos adultos, independente de sua orientação afetivo-sexual, alcançando um coeficiente alpha de Cronbach de 0,887, o que demonstra um alto índice de fidedignidade.

Palavras-chave: rede de apoio social, instrumento, gay e lésbica.

Abstract

The Network concept refers to the interrelation of elements which are in constant influence. In regards to the Social Support Network, this is made by the significant relations that one person may have and that make specific support functions. This article has the goal of showing the steps of the construction of the PAS-IF instrument, that describes in a quantitative way the perception of social support in seven dimensions: Social Company, Emotional Support, Cognitive Guide, Social Control, Material Support, Access to New Contacts and Sexual-Affective Orientation Acceptance; from three maps: family, friends and work/school relationships. The instrument has showed itself valid in the evaluation of the Social Support Network of adult subjects, independent of their affective-sexual orientation, reaching a Cronbach alpha coefficient of 0,887, which demonstrates a high level of reliability.

Key-words: social support network, instrument, gay and lesbian

* Psicólogo. Terapeuta de Casal e Família. Mestrando em Psicologia Social PUCRS. Bolsista CAPES.

** Doutora em Psicologia. Professora – Adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Terapeuta de Casal e Família. Coordenadora do Grupo “Dinâmica das Relações Familiares”. Pesquisadora Cnpq.

Introdução

As inter-relações que se estabelecem entre amigos, familiares, colegas de trabalho ou escola e a comunidade em geral sustentam o sentimento de bem-estar psicossocial que cada indivíduo vivencia. Sendo assim, a junção desses vínculos interpessoais estabelecidos, ou seja, a rede de apoio social é essencial para a construção saudável da identidade do sujeito como ser social (Sluzki, 1996; Elizur & Mintzer, 2003; Rangel & Sarriera, 2005; Branco, Wagner & Demarchi 2008).

Entretanto, estudos sobre a perspectiva de construção da identidade à luz da homoafetividade são ainda escassos e deficitários, principalmente sobre a população brasileira. Da mesma forma como a Rede Social pode apoiar e desenvolver capacidades, ela pode ser responsável pelo preconceito e aflição social que estes homens e mulheres enfrentam em suas vidas, desenvolvendo sofrimento psíquico que pode levar da marginalização ao suicídio (Lloyd, Faust, Roque, & Loue, 1999; Yoshikawa, Wilson, Chae & Cheng, 2004). Desta forma, poder identificar a qualidade da percepção que sujeitos nessa condição amorosa têm de sua rede é fundamental para avançar no conhecimento sobre as potencialidades e fragilidades destas Redes de Apoio Social, nesse contexto.

Os estudos que tomam a homoafetividade e a rede de apoio social vêm demonstrando resultados diversos quanto ao tema. Em relação às famílias lideradas por lésbicas que planejaram ter filhos, dois pontos se destacam. Estas demonstram maior percepção de apoio com a família do que com os amigos do que lésbicas que não tinham filhos (DeMino, Appleby & Fisk, 2007). Também foi encontrado que não há diferenças significativas entre a quantidade de apoio que elas buscam em redes formais ou informais quando comparadas a casais heterossexuais, a não ser pelo maior nível de

satisfação que elas demonstram quanto à ajuda que a rede proporciona (Bos, Balen & Boom, 2004).

Da mesma forma, preocupados em entender melhor a percepção que gays e lésbicas têm sobre o apoio da família de origem, Rostosky e colaboradores (2004) conduziram um estudo qualitativo com casais de gays e lésbicas com a finalidade de compreender qual eram as suas percepções em relação ao apoio familiar. Estes autores chegaram a quatro domínios: percepção da qualidade do apoio, reação emocional do casal, impacto na relação do casal e as respostas e estratégias do casal. Desta forma, concluem que os casais e as famílias estão frentes ao desafio de construir relações num contexto cultural de uma identidade social estigmatizada, tendo muitas vezes que expandir essas relações de apoio além da família de origem para outros segmentos das relações sociais, até mesmo podendo criar as “famílias de escolha” (Oswald, 2002).

Frente a essa realidade, este trabalho apresenta o processo de construção de um instrumento que mede a percepção do apoio da rede social em seis dimensões descritas na literatura e uma específica em relação à homoafetividade.

Revisão da Literatura

O conceito de Rede foi estabelecido pelo movimento da Cibernética, mas logo foi capturado pela Teoria Eco-Sistêmica para compreender uma inter-relação multivariada e aberta de elementos que estão em constante interação. A Rede Social, já no final dos anos 80, foi definida como um processo de construção ininterrupta no nível coletivo e individual (Elkaim, 1989). Ela representa, num espectro micro-social, todas as relações significativas e vinculares que uma pessoa pode ter, estando imersa num mapa social que contempla quatro quadrantes: família, amigos, relações de trabalho ou

escolares e relações com instituições, sejam elas comunitárias, de saúde, religiosas ou outras (Sluzki, 1996).

Com a clareza do conceito e do mapa de uma rede social, devemos diferenciá-lo de outros dois conceitos; são eles: *Apoio Social* e *Rede de Apoio* (Gracia, 1998). O *Apoio Social* é uma das funções criativas da rede social. Já a *Rede de Apoio*, ou Rede de Apoio Social, é a junção das relações significativas que uma pessoa tenha e que desempenham estas funções de apoio (Rangel & Sarriera, 2005).

A literatura científica relacionada ao conceito de rede de apoio é pequena e há mais registros de instrumentos de investigação qualitativa. Rangel (2007) realizou três estudos sobre o tema. O primeiro foi feito com uma família imigrante e o segundo com três turmas universitárias, investigando longitudinalmente as mudanças nas redes sociais e as mudanças estruturais e funcionais dos mapas, respectivamente. O Terceiro estudo mapeou as redes sociais de uma instituição de cuidado à criança e ao adolescente, em um município do norte do estado de Rio Grande do Sul. Para acessar as redes, utilizou-se do instrumento Mapa de Redes (Slusky, 1996) em forma de entrevista com os sujeitos. Em outro estudo qualitativo foi identificado o número de membros e aspectos do funcionamento familiar a partir de um estudo com a rede social de cinco adolescentes internos numa instituição de medidas sócio-educativas para infratores (Branco, et al., 2008).

Entretanto, são poucos os trabalhos que utilizem metodologia quantitativa, com amostras maiores ou que meçam e comparem as funções da rede de apoio em seus respectivos mapas, buscando atingir sua complexidade conceitual e contextual. Aspectos que dificultam o entendimento deste fenômeno em grandes amostras populacionais ou que tenha resultados mais precisos que possam ser generalizados, por exemplo.

Em meados dos anos 80, Procidano e Heller (1983) construíram um instrumento nomeado *Measures of Perceived Social Support from Friends and Family (PSS-Fr/PSS-Fa)*. Este instrumento, ainda não traduzido e validado no Brasil, tem a finalidade de analisar a percepção do apoio da rede social. As autoras utilizaram as dimensões de necessidade de apoio, informação e feedback para a construção dos 40 itens do instrumento (20 para Família e 20 para Amigos), onde a medida do α de Cronbach ficou em 0.88 (PSS-Fr) e 0.90 (PSS-Fa). Entretanto, o trabalho não foi incluído como uma dimensão importante nas funções de apoio. Além disso, a escala de resposta abrangia três categorias: “sim”, “não”, e “não sei”. Neste caso, as respostas dicotômicas não favorecem quantificar num intervalo mais abrangente as possibilidades das experiências das pessoas.

Outros instrumentos mostraram ser efetivos com relação à validação interna e a correlação com aspectos de saúde mental. Porém, demonstra restrição quanto ao número de itens do instrumento, quantidade de domínios e qualidade do conteúdo dos mesmos em relação ao construto Apoio Social (Lloyd, et al., 1999; Yoshikawa, et al., 2004). Além disso, pelo fato do conceito de Rede Social ainda ser abrangente, estas pesquisas utilizam aspectos muito específicos das situações estudadas, não compreendendo esta questão como complexa. Ainda assim, não levam em conta que a aceitação da orientação afetivo-sexual esteja relacionada como uma função importante na construção da identidade e não incluindo dentro de um mesmo instrumento.

Desta forma, optamos por entender a rede social à luz da teoria de Sluzky (1996) por ser a que mais abrange a complexidade deste fenômeno. Nesse caso, a construção do instrumento descrito aqui, parte das funções da rede de apoio social propostas por ele. Para isto, seguimos os passos de construção de instrumentos descritas na literatura (Stein, et al., 2005; Grassi-Oliveira, Stein & Pezzi, 2006), no que se refere a revisão

bibliográfica, criação de dimensões, itens, escala de respostas, testes pilotos e validação interna.

Construção do Instrumento

Dimensões

Slusky (1996) define seis parâmetros passíveis de análise na definição das funções de apoio da rede social, além de introduzir os mapas sociais que potencialmente cumprem estas funções. As dimensões e suas descrições são as seguintes:

a) *Companhia Social (CS)*: é a realização de atividades conjuntas ou simplesmente de estar juntos. As redes sociais servem como elemento de companhia; são transmissoras da cultura, e promotoras da adaptação.

b) *Apoio Emocional (AE)*: refere-se aos intercâmbios que conotam atitude emocional positiva, clima de compreensão, simpatia, estímulo e apoio. É no apoio emocional que se vivencia o afeto, a percepção do aconchego e do pertencer.

c) *Guia Cognitivo e Conselheiro (GCC)*: compartilha informações pessoais e sociais, esclarece expectativas e oferece modelos de papéis.

d) *Regulação ou Controle Social (RCS)*: são funções que visam recordar ou reafirmam as responsabilidades e papéis das pessoas. Neutralizam os desvios de comportamento e permitem dissipar a frustração e a violência, favorecendo a resolução de conflitos.

e) *Ajuda Material e de Serviços (AMS)*: fornecem colaboração eficaz com base em conhecimentos especializados ou ajuda física, incluindo os serviços de saúde.

f) *Acesso a Novos Contatos (ANC)*: abre as possibilidades de conexão com outras pessoas e outras redes sociais que até o presente não faziam parte da Rede Social inicial do indivíduo, família, grupo e comunidade.

Elaboração dos itens do instrumento

A partir do o conceito de cada dimensão, construímos diversas frases, afirmativas e negativas, a fim de avaliar o conteúdo de cada uma delas. Levamos em consideração o uso claro da linguagem, o significado e a junção das palavras usadas, evitando induções e questões pessoais. Foram feitas ao total 52 afirmativas.

Definição da escala de respostas

Decidimos que, para cada afirmativa do instrumento, o sujeito deveria responder em três mapas (Slusky, 1996) diferentes: Família, Amigos e Trabalho/Escola. Concluiu-se que o mais apropriado para este instrumento seria uma escala Likert de 5 pontos, relativa ao quanto o item descrevia a experiência do sujeito. A escala ficou assim definida: “1 – Não me descreve em nada”, “2 – Me descreve pouco”, “3 – Me descreve mais ou menos”, “4 – Me descreve bastante” e “5 – Me descreve totalmente”.

Validação de Conteúdo

Os 52 itens construídos que pretendiam avaliar as seis dimensões acima citadas foram submetidos a validação de conteúdo por um grupo de 14 juízes. A cada juiz foi entregue a primeira versão, a qual continha em seu enunciado o conceito das dimensões a serem avaliadas. Os 52 itens foram listados aleatoriamente e foi pedido a cada um dos juízes que identificasse com qual dimensão cada afirmativa se relacionava. Acrescentamos algumas modificações sugeridas e selecionamos apenas às que

apresentavam 75% de concordância entre os avaliadores (Olabuenaga, 1999). Foram, então, escolhidas quatro afirmativas para cada dimensão, com exceção da dimensão Guia Cognitivo e Conselheiro, onde apenas três frases obtiveram percentagem aceitável. Como os três itens desta dimensão eram afirmativos, optamos por usar a frase com maior percentagem de concordância e repeti-la na negativa. A percentagem relativa à concordância dos juízes entre os itens e as dimensões está representada na Tabela 1.

Tabela 1: Percentagem de Concordância entre Dimensões e Frases por Juízes

Dimensão:	CS	AE	GCC	RCS	AMS	ANC	Media Total
Porcentagem:	91%	96,4%	88%	91%	94,6%	95,6%	92,9%

A Tabela 1 demonstra que a percentagem de concordância entre os juizes foi de 88% à 96,4% sobre as frases elaboradas e listadas aleatoriamente a fim de que pudessem associa-las a sua respectiva dimensão. A média total de concordância sobre a vinculação frase-dimensão foi de 92,9%.

Primeira Versão e Pré-Estudo Piloto

A partir dos itens selecionados pela avaliação dos juízes, construímos a primeira versão do instrumento. Esta versão foi apresentada a uma amostra de cinco sujeitos com características distintas (sexo, idade, escolaridade e orientação afetivo-sexual), escolhidos por conveniência, a partir de metodologia referida na literatura para análise qualitativa do instrumento (Grassi-Oliveira, et al., 2006). Aos mesmos foi dado dois *rappports*. No primeiro foi entregue ao sujeito somente as frases e lhe foi dito: “*Te direi uma frase sobre como poderia ser a tua visão sobre as pessoas que tu te relaciona. Depois disso gostaria que tu me dissesses o que entendeste dessa frase*”. Foram

anotados todos os comentários dos sujeitos para posterior análise. Após essa etapa, no segundo *rapport*, foi entregue ao sujeito uma escala a fim de que ele pudesse quantificar o quanto cada item do instrumento era compreendido por ele. A escala variava de 1 a 4, sendo 1= Está muito difícil de entender; 2 = Está difícil de entender; 3= Está fácil de entender e 4 = Está muito fácil de entender. Logo foi dito aos sujeitos: “*Agora quero que tu dê uma nota para cada uma destas frases, com relação ao quanto tu entendestes dela, segundo esta escala.*” Todos os sujeitos deram notas às frases e somente foram aceitas as que tinham média igual ou superior a 3. Após a análise dos resultados, concluiu-se que todas as frases tiveram média igual ou superior a 3 (M=3,54, DP=0,22). Além disso, Foi pedido que os sujeitos também dessem uma nota, seguindo a mesma escala, para a aparência do instrumento (M=3, DP=0) e uma nota para o instrumento em geral (M=3, DP=0). Concluímos, assim, que tanto o conteúdo das frases como a aparência do inventário pré-piloto estava fácil de entender. Mesmo assim, a partir das sugestões, fizemos algumas mudanças que poderiam melhorar a qualidade: deixamos o enunciado mais claro, com indicações precisas de como se deveria responder o questionário (ex.: marque com um X); padronizamos os verbos e adjetivos das frases para que contemplem ambos os sexos de forma alternada [ex.: *aceita(o)* ou *brabo(a)*]; algumas palavras com conotação redundante foram retiradas para encurtar as frases; trocamos palavras com significado mais rebuscado por outras mais simples (ex.: *favorece* por *ajuda*; *proporcione* por *dê*); explicitamos melhor palavras que são de domínio específico para um melhor entendimento do público em geral (ex.: *sexualidade* por *relacionamentos/vida amorosa e sexual*; *festividades* por *festas, encontros ou cerimônias*); trocamos o conteúdo de algumas frases para que ficasse de acordo com a percepção do sujeito sobre as funções de sua rede, e não sobre como ele opera na mesma, seguindo a concordância dos objetivos do inventário (ex.: “*eu não faço novos*

contatos” por “*as pessoas com quem me relaciono não me apresentam gente nova*”); por fim, alteramos a ordem de algumas frases para que as mais claras e fáceis ficassem no início e no final do instrumento, assim como intercalamos três frases afirmativas para cada frase negativa (Fink, 1985; Fowler, 1993).

Dados Socio-Bio-Demográficos

Criamos também itens sobre aspectos sócio-bio-demográficos, a fim de caracterizar os sujeitos da amostra. Além disso, foram perguntadas questões relacionadas a tempo de relacionamento, definição conjugal, documentos legais, identidade sexual e filhos. Entretanto, as perguntas foram organizadas e ordenadas para que pudessem ser respondida por qualquer sujeito, independente de sua orientação afetivo sexual. Para isso, usamos orientações nas perguntas, todas previamente numeradas, que remetiam a itens seguintes caso o sujeito não se enquadrasse no que estava sendo investigado (ex.: *Você tem um relacionamento amoroso com alguém do mesmo sexo? Se sim, responda as perguntas abaixo. Se não, vá para a pergunta número 08*).

Inclusão de Domínio

Num primeiro momento, a partir de discussão com relação ao entendimento conceitual de Rede de Apoio e a temática da dissertação na qual o mesmo se insere, levantamos a hipótese de criar outros itens que pudesse medir a função de apoio específica da amostra da pesquisa de dissertação, no caso, Gays, Lésbicas e Bissexuais (GLB). Esta função foi denominada Aceitação da Orientação Afetivo-sexual (AOAS). Estudos da área apontam que a AOAS de gays e lésbicas está relacionada com os comportamentos de risco de contaminação pelo vírus da AIDS e sintomas depressivos

(Lloyd, et al. 1999; Yoshikawa, et al. 2004), com o tipo de apego, qualidade e estabilidade conjugal, auto-definição e aceitação da rede de amizades (Elizur & Mintzer, 2003). Desta forma, baseados no entendimento de que a AOAS tem demonstrado ser influente como função da Rede de Apoio, elaboramos a descrição deste domínio:

- *Aceitação da Orientação Afetivo-Sexual (AOAS)*: Entende-se por orientação afetivo sexual a expressão do desejo e da sexualidade de uma pessoa por outra(s). Assim, a aceitação da orientação é a capacidade de tolerar e aceitar o outro dentro de sua orientação específica, sem negar que ela existe. É entender que ela se expressa, mesmo que de forma implícita, incluindo a pessoa nos meios sociais, respeitando a forma como a mesma demonstra sua afetividade e sexualidade. Esta varia em um contínuo que tem como limiares a homossexualidade e heterossexualidade exclusiva.

A partir da definição do conceito da AOAS, entendemos que a mesma cumpre uma função de apoio independente da orientação do sujeito. Ou seja, poder perceber esta aceitação é também constituinte de identidade, tanto para a heteroafetividade quanto para a homoafetividade. De certa forma, na heteroafetividade, esta aceitação é socialmente permitida; já na homoafetividade não. Assim, construímos os itens desta dimensão levando em conta ambos os públicos, sem tendências a hetero ou à homoafetividade, de forma que o instrumento possa ser utilizado sem restrições quanto à orientação do sujeito avaliado.

Primeira Versão do Instrumento

Finalizados os itens do instrumento, distribuímos as frases de forma que as mesmas dimensões ficassem o mais separado possíveis, como mostra a Tabela 02.

O instrumento inicia com uma breve instrução para a auto-aplicação, seguido de 28 frases devidamente numeradas (Anexo B). Para cada frase, o sujeito deve marcar numa escala de 1 a 5 o quanto a mesma descreve a sua percepção de apoio em cada um dos mapas: família, amigos e trabalho/escola.

Tabela 2: Indicação do Número das Questões no Instrumento pelas Dimensões

Dimensão:	CS	AE	GCC	RCS	AMS	ANC	AOAS
Número no	01, 13,	02, 09,	03, 08,	05, 11,	07, 14,	04, 10,	06, 12,
Inventário:	17, 25	18, 28	21, 26	16, 23	19, 27	15, 22	20, 24

Estudo Piloto e Validação Interna do Instrumento

O estudo piloto com a última versão do instrumento, após todos os procedimentos até aqui descritos, foi feito com uma amostra por conveniência de 36 sujeitos universitários do curso de psicologia de uma universidade privada do estado do Rio Grande do Sul. A escolha foi feita sem restrições quanto a orientação afetivo sexual ou situação conjugal. A amostra foi constituída por 05 homens e 36 mulheres, com idade média de 26,2 anos. Nesta parte do estudo, verificou-se o coeficiente alpha de Cronback. Este método é estabelecido pela correlação do item com a escala total, também tendo como objetivo identificar itens que não devem ser mantidos na escala (Stein, et al., 2005). O resultado foi de 0.887, sendo considerado um alto índice de fidedignidade do instrumento, indicando que não havia necessidade de retirar nenhuma das dimensões propostas.

Considerações Finais

A elaboração de um instrumento para avaliação da percepção das funções da rede de apoio mostrou-se muito útil na compreensão quantitativa de um construto cujas pesquisas brasileiras estudam, em sua maioria, de forma qualitativa. O instrumento final mostrou-se satisfatório na avaliação das funções de apoio da rede social e veio preencher uma lacuna existente na pesquisa quantitativa sobre essa temática. Nesse caso, pode servir para a avaliação de grandes amostras, possibilitando, inclusive, estudos de desenhos mistos.

Certamente o uso desse instrumento em outras pesquisas, ajudará o seu aperfeiçoamento. Nesse caso, em nossa pesquisa de mestrado já pode-se observar que seria enriquecedor a possibilidade dos sujeitos entrevistados, nomearem os membros que compõem os referidos mapas. Desse modo, poder-se-ia acessar uma informação mais qualificada. Além disso, seria interessante acrescentar outras variáveis no instrumento que meçam construtos como tamanho, densidade, distribuição e homogeneidade (Slusky, 1996; Dabas, 1998).

A construção e validação do instrumento foi permeada de reflexões que ultrapassaram o processo em si. No decorrer do trabalho, constatamos, por exemplo, que nossa idéia inicial de construir dois instrumentos, sendo um especificamente a população de gays e lésbicas, estava baseada numa concepção de aceitação da orientação afetivo-Sexual (AOAS) heterossexista. Ao longo do processo, nossas reflexões nos levaram a concluir que um mesmo instrumento poderia dar conta de tal avaliação, já que a AOAS é uma variável relevante tanto para populações de gays e lésbicas como de heterossexuais. Sendo assim, o instrumento aqui apresentado pode

integrar a percepção do apoio social independentemente da orientação afetivo-sexual do sujeito avaliado.

Referências:

- Branco, B., Wagner, A. & Demarchi, K. (2008). Adolescentes Infratores: Rede Social e Funcionamento Familiar. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 21, 125-132.
- Bos, H., Balen, F. & Boom, D. (2004). Experience of parenthood, couple relationship, social support, and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45 (4), 755-764.
- Dabas, E. (1998). *Red de Redes. Las prácticas de la Intervencion en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós Argentina.
- DeMino, K., Appleby, G. & Fisk, D. (2007). Lesbian mothers with planned families: a comparative study of internalized homophobia and social support. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77 (1), 165-173.
- Elizur, Y. & Mintzer, A. (2003). Gay males' intimate relationship quality: the roles of attachment security, gay identity, social support, and income. *Personal Relationships*, 10, 411-435.
- Elkaïm, M. (1989). *Las Prácticas de la terapia de red*. España: Gedisa
- Fink, A. (1985). *How to conduct surveys*. Califórnia: Sage Publications.
- Fowler, F. (1993). *Survey research methods*. (2nd. Ed). Califórnia: Sage Publications.
- Gracia, E. (1998). *El apoyo social en la intervención comunitaria*. Barcelona: Paidós.
- Grassi-Oliveira, R., Stein, L. & Pezzi, J. (2006). Tradução e validação de conteúdo da versão em português do Childhood Trauma Questionnaire. *Rev Saúde Pública*, 40 (2), 249-255.

- Lloyd, L., Faust, M., Roque, J. S. & Loue, S. (1999) A Pilot Study of Immigration Status, Homosexual Self-Acceptance, Social Support, and HIV Reduction in High Risk Asian and Pacific Islander Men. *Journal of Immigrant Health*, 1 (2), 115-122.
- Olabuénaga, R. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Oswald, R. (2002). Resilience within the family networks of lesbian and gay men: intentionality and redefinition. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 374-383.
- Procidano, M. & Heller, K. (1983). Measures of Perceived Social Support From Friends and From Family: Three Validation Studies. *American Journal of Community Psychology*, 11(1), 1-23.
- Rangel, M. & Sarriera, J. (2005). Redes sociais na investigação psicossocial. *Aletheia*, 21, 53-67.
- Rangel, M. (2007). *Redes sociais-pessoais: conceitos, práticas e metodologia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Rostosky, S., Korfhage, B., Duhigg, J., Stern, A., Bennett, L. & Riggle, E. (2004). Same-sex couple perceptions of family support: a consensual qualitative study. *Family Process*, 10 (2), 43-57.
- Sluzki, C. (1996). *La red social: Fronteras de la práctica sistémica*. Barcelona: Gedisa.
- Stein, L., Falcke, D., Predebon, J., Rocha, K., Ávila, L. & Azambuja, M. (2005). A construção de um instrumento de avaliação discente de um programa de pós-graduação. *Psico-USF*, 10 (2), 141-147.

Yoshikawa, H., Wilson, P. A., Chae, D. H. & Cheng, J. F. (2004). Do Family and friendship Networks protect against the influence of discrimination on Mental Health and HIV Risk Among Asian and Pacific Islander gay Men? *AIDS Education and Prevention*, 16 (1), 84-100.

ARTIGO III

CONJUGALIDADE GAY E LÉSBICA E REDE DE APOIO.

O PAPEL DA FAMÍLIA, DOS AMIGOS E DAS RELAÇÕES DE

TRABALHO/ESCOLA NA QUALIDADE CONJUGAL.

Conjugalidade Gay e Lésbica e Rede de Apoio

O papel da família, dos amigos e das relações de trabalho/escola na qualidade conjugal.

Eduardo Lomando*

Adriana Wagner**

Resumo

Os conceitos de família e casal passam por uma crise na contemporaneidade, principalmente quando suas configurações são compostas por uma diversidade de relacionamentos; os casais de pessoas do mesmo sexo são um exemplo desta pluralidade. Sabe-se que a rede de apoio social está relacionada com a qualidade conjugal e exerce funções de suporte, mas este dado não é claro quanto aos casais homoafetivos. Desta forma, o objetivo deste artigo foi investigar a correlação entre qualidade conjugal e percepção de apoio social na família, nos amigos e nas relações de trabalho/escola de gays e lésbicas. Foram entrevistadas 111 pessoas e houve uma correlação positiva significativa entre qualidade conjugal e ambas as variáveis apoio social da família e apoio social dos amigos. Esse dado nos mostra que as funções de apoio medidas e exercidas pela família e pelos amigos favorecem o desenvolvimento da construção da subjetividade humana, assim como abrem caminho para o desenvolvimento da qualidade conjugal.

Palavras-chave: conjugalidade, gay, lésbica, rede de apoio social, família, amigos, trabalho.

Abstract

The concepts of family and couple have been going through a crisis nowadays, mainly when their configurations are made of a diversity of relationships. Same-sex couples are an example of this plurality. It is known that the social support network is related with couple satisfaction and it provides support functions, but this data is not clear when it comes to homoafective couples. So, the objective of this article is to investigate the correlation between couple satisfaction and social support perception from gays and lesbians in the family, friends and work/school environment. The sample interviewed was made of 111 people and there was a significant positive correlation between couple satisfaction and both variables social support from family and from friends. This data shows us that the support functions measured and provided by both family and friends promote the development of human human subjective construction as well as it makes space for the development of couple satisfaction.

Keywords: couple, gay, lesbian, social support network, family, friends, work.

* Psicólogo. Terapeuta de Casal e Família. Mestrando em Psicologia Social PUCRS. Bolsista CAPES.

** Doutora em Psicologia. Professora – Adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Terapeuta de Casal e Família. Coordenadora do Grupo “Dinâmica das Relações Familiares”. Pesquisadora Cnpq.

Introdução

O casamento vem ao longo do tempo adquirindo matizes diversas. Somando a isso, a concepção tradicional de família está em crise, porém, isto não significa que ela esteja ameaçada de destruição; ao contrário, a família hoje está passando por um processo de mutação em seu ciclo evolutivo, buscando assim alcançar níveis mais satisfatórios de interação humana (Wagner, 2004). Nesse processo, entende-se que as mudanças provêm das crises. O termo crise significa decisão, discriminação e juízo e em nenhuma outra época ocorreram tantas e tão importantes mudanças nas relações familiares e conjugais (Osório & Valle, 2002).

A emergência social de novas configurações conjugais e familiares na contemporaneidade, assim como outras possibilidades jurídicas para o reconhecimento legal das mesmas, são exemplos reais destas mudanças. Frente a esse panorama, o reconhecimento e a dinâmica conjugal de casais do mesmo sexo suscita na sociedade em geral e na comunidade científica, especificamente, a necessidade de buscar respostas que dêem conta das demandas que circundam essas relações.

Já no início dos anos 90, passou-se a entender como fundamental o movimento de homens e mulheres homossexuais estarem assumindo para si e publicamente a linguagem do afeto em suas parcerias (Costa, 1992), possibilitando estabelecer relações conjugais estáveis e fazer escolhas amorosas que valorizam atributos como companheirismo, integridade e carinho (Féres-Carneiro, 1997). A quebra do eixo de como era concebido tal tipo de relacionamento, “pecado-crime-doença”, (Spencer, 1996) e o início da desconstrução de uma imagem “perversa” e “subumana” (Mello, 2005), que foram por mais de um século as únicas possibilidades de construções sociais da homossexualidade, possibilitam que gays e lésbicas ampliem representação social de

suas vivências. Assim, demandam hoje não só a proteção do estado em relação à cidadania individual, como também o direito de reconhecimento, através da conjugalidade e da parentalidade (Mello, 2005). Tem-se notado uma maior visibilidade desta diversidade afetiva nos meios de comunicação, exemplificada pela decisão do Juiz Marcos Danilo de Edson Franco, da Vara de Infância e de Juventude de Bagé, que permitiu a um casal de mulheres lésbicas o registro de adoção de duas crianças (Amarin, 2005; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2006).

Do mesmo modo, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como a Holanda, Espanha, Bélgica e Canadá, e a legalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil (Wikipedia, 2006), são exemplos de novas possibilidades de integração social e de construção de identidades menos subjugadas a atributos estigmatizados. Green (2004) acrescenta que a união civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser vista como uma forma resiliente de crescimento além das expectativas em face à adversidades que estão situadas. Além disso, é cada vez maior a disponibilidade de meios que possibilitam estes casais à parentalidade (biológica, adoção, inseminação artificial e fertilização *in vitro*) e a constituição de uma família.

Desde o início dos anos 80, Salvador Minuchin (1982), um dos pioneiros do trabalho sistêmico em terapia de casal e família já ressaltava que a família, assim como o casal, está como subsistema de um sistema maior chamado sociedade, sendo influenciada e influenciando de forma recíproca suas relações. Já nos anos 90, Carlos Sluzki (1996), outro pioneiro do trabalho sistêmico com redes sociais, diz que para qualquer pessoa, seja hetero ou homo, esta “sociedade” que influencia está representada pela família de origem, pelos amigos, pelas instituições e até mesmo pelas relações no trabalho ou no ambiente acadêmico. Deste modo, se as relações com estas redes sociais

influenciam e são influenciadas pela forma como as pessoas vivem, os casais de gays e lésbicas também são sujeitos de tais influências.

Pesquisas com a população brasileira, comprovaram que a relação com a família de origem é um fator que se expressa de forma significativa na relação entre o casal heterossexual (Falcke, Wagner, Beck, & Veras, 2001; Wagner, 2005; Mosmann, Wagner & Feres-Carneiro, 2006). Mas e os casais de gays e lésbicas? Será que estes sofrem as mesmas influências dentro de uma cultura heterossexista na qual as expectativas sociais com relação ao casamento são diferentes? De que forma esta rede social além da família, ou seja, os amigos e as relações de trabalho ou escola, influencia a relação conjugal entre gays e lésbicas? Achados americanos já demonstram que a percepção do apoio e da aceitação da orientação sexual pela família e pela rede social de gays e lésbicas são fatores significantes para o desenvolvimento da qualidade conjugal desses casais (Laird & Green, 1996; LaSala, 2000; Elizur & Mintzer, 2003; Solomon, Rothblum & Balsam, 2004; Rostosky et al, 2004). Mas ainda não há nenhum estudo brasileiro que possa claramente entender esta relação.

LaSala (2000) demonstrou em seu estudo que o fato de ter um relacionamento aberto para a família de origem, mesmo que enfrentando preconceitos e desaprovação, ajuda a solidificar o relacionamento entre homossexuais. Entretanto, outros achados dos anos 90 tiveram resultados diferentes. A partir de um estudo transversal com 50 casais de gays, e longitudinal com 52 casais de lésbicas, Green, Bettinger e Zacks (1996) não obtiveram uma relação entre a revelação para a família de origem e a satisfação conjugal. A partir dos achados desta pesquisa, os autores verificaram que a satisfação conjugal dos casais de lésbicas não está relacionada ao fato delas terem assumido sua orientação para suas mães, pais, irmãos ou alguma combinação dos três. Além disso, estes pesquisadores descobriram que os casais de lésbicas e gays, nesta ordem,

apresentavam maior coesão e flexibilidade conjugal (Oslo, 2000) do que os casais heterossexuais usados na comparação dos resultados. Com relação à satisfação conjugal, os casais de lésbicas relataram um nível significativamente maior do que os outros casais. Os casais de gays relataram menor satisfação do que os casais heterossexuais, entretanto foi pequena a diferença.

Desta mesma forma, interessados em entender melhor a percepção que gays e lésbicas têm sobre o apoio da família de origem, Rostosky e colaboradores (2004) conduziram um estudo qualitativo com casais de gays e lésbicas com a finalidade de compreender qual eram as suas percepções em relação ao apoio familiar. Estes autores chegaram a quatro domínios importantes, divididos em subcategorias que expressavam melhor as falas dos casais pesquisados, através da análise das entrevistas com os sujeitos; eram eles: *percepção da qualidade do apoio* (positivo, sem suporte e misturado), *reação emocional do casal* (positiva e negativa), *impacto na relação do casal* (fortifica, enfraquece ou não há impacto na relação) e as *respostas e estratégias do casal* (aceitar a reação e reafirmar o relacionamento, mentir para a família, tentar mudar a família, rejeitar a família, internalização da homofobia e desconfiar ou culpar o parceiro). Desta forma, as autoras colocam que os casais e as famílias estão frentes ao desafio de construir relações num contexto cultural de uma identidade social estigmatizada, tendo muitas vezes que expandir essas relações de apoio além da família de origem para outros segmentos das relações sociais, até mesmo podendo criar as “famílias de escolha” (Oswald, 2002).

Solomon, Rothblum e Balsam (2004) realizaram um estudo comparativo entre gays e lésbicas que obtiveram a união civil em Vermont, EUA, com outros que não tinham formalizado suas uniões. O estudo mostrou que as lésbicas que estavam em união civil eram mais abertas socialmente em relação a sua orientação sexual do que as

que não estavam em união civil. Da mesma forma, os gays em união civil eram mais próximos às suas famílias de origem do que os que não estavam em união civil. Estes resultados demonstram a existência de uma relação entre a visibilidade destes casais tanto com suas famílias de origem quanto com a rede social que os circunda.

Elizur e Mintzer (2003) tiveram como objetivo compreender a relação entre a qualidade conjugal, o papel do apego, a identidade gay, o apoio social e a renda de gays que estavam numa relação amorosa. Através de uma amostra de 121 gays israelenses, percebeu-se que o apoio e a aceitação dos amigos, ao invés da família, estava diretamente relacionado com a segurança do apego, a auto-aceitação e a qualidade conjugal.

No final dos anos 90, Stearns e Sabini (1997) apontaram que a comunidade de gays e lésbicas tem um papel único nos processos relacionais destes sujeitos pelo fato de pertencerem a um grupo de minoria definido pela orientação sexual. É muito comum que gays, lésbicas e bissexuais somente achem segurança e aceitação dentro destas comunidades, que estão representadas por amigos, bares, boates, “famílias de escolha”, locais específicos de encontro e algumas instituições apoiadoras destes grupos. Desta forma, esta rede social cumpre um papel importante da construção da identidade destes sujeitos. Assim, observamos estes mapas das redes sociais funcionando como facilitadores destas interações.

Entretanto, em nenhum destes estudos a rede social foi vista de uma forma mais ampla que pudesse compor, além dos amigos e da família, outras redes que tecem as vivências destes casais, como as relações com o trabalho ou escola.

Frente a esse panorama, contata-se a necessidade de entender que tipo de relação se estabelece entre a conjugalidade gay e lésbica e a rede de apoio social dos sujeitos envolvidos em tais relacionamentos, identificando também os níveis de qualidade destas

variáveis e os níveis de revelação da orientação afetivo-sexual na família, nos amigos e nas relações de trabalho/escola.

Sendo assim, destacamos quatro hipóteses descritas na literatura:

Hipótese 01: A percepção de apoio da família não terá estar correlacionada com a qualidade do relacionamento conjugal (Elizur & Mintzer, 2003).

Hipótese 02: A percepção de apoio dos amigos estará positivamente correlacionada com a qualidade do relacionamento conjugal (Elizur & Mintzer, 2003).

Hipótese 03: Não há relação entre a qualidade conjugal e revelação para a família de origem (Green, Bettinger & Zacks, 1996).

Hipótese 04: A percepção da aceitação da orientação afetivo-sexual dos amigos será positivamente relacionada com a qualidade do relacionamento conjugal (Elizur & Mintzer, 2003).

Método

Participantes

A pesquisa foi realizada com cento e onze participantes, residentes na grande Porto Alegre, 77 homens e 34 mulheres, que estavam numa relação com alguém do mesmo sexo há pelo menos seis meses. As idades variaram de 19 a 61 anos (média=32,59; dp=8,76). A amostra foi constituída por conveniência a partir do contato feito com instituições que trabalham com a causa da diversidade (Nuances¹ e Somos²) na cidade de Porto Alegre.

Operacionalização das Variáveis

- Relação: Foi considerada relação à vinculação amorosa entre dois sujeitos com duração mínima de 06 meses.
- Qualidade Conjugal: O nível de qualidade que os sujeitos experimentam em sua relação conjugal, medido pela escala FACES III.
- Percepção de Apoio: Percepção que os sujeitos têm do apoio social nas relações com a rede social que mantém, medida pela escala PAS-IF.

Instrumentos

O instrumento utilizado foi um questionário auto-aplicável (Anexo C), dividido em três partes:

¹ Grupo pela Livre Expressão Sexual. Porto Alegre-RS.

² Projeto Social da ABGLT – Associação Brasileiras de Gay, Lésbicas e Transgêneros – com sede em Porto Alegre/RS.

Parte I: Escala de avaliação da Rede de Apoio social - Percepção do Apoio Social – Inventário de Funções PAS-IF.

A primeira parte do instrumento consiste na aplicação do instrumento PAS-IF (Lomando & Wagner, 2008, no prelo) que mediu a percepção de apoio da rede social. São sete as dimensões deste instrumento: *Companhia Social, Apoio Emocional, Guia Cognitivo e Conselheiro, Regulação ou Controle Social, Ajuda Material e de Serviços, Acesso a Novos Contatos e Aceitação da Orientação Afetivo-Sexual*. Para cada uma destas dimensões foram avaliados três grupos: *família, amigos e trabalho/escola*.

Parte II: Escala de avaliação da coesão e adaptabilidade conjugal – Faces III.

O Faces III é uma escala para avaliar a coesão e adaptabilidade familiar e conjugal (Olson, 2000, traduzido e adaptado ao português por Falceto, Busnello & Bozzetti, 2000) que contém 20 perguntas com opções de respostas distribuídas em uma escala Lickert de 05 pontos.

Parte III: Dados sócio-bio-demográficos.

Os dados sócio-bio-demográficos foram construídos para descreverem a amostra quanto à idade, sexo, auto-definição quanto a denominação da relação (ex.: namorado, parceiro, etc.), nível sócio-econômico, coabitação, visibilidade social, desejo à parentalidade, entre outros, a fim de descrever melhor esta amostra.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Inicialmente, será apresentada a análise descritiva dos dados a fim de descrever a amostra e conhecer os níveis de qualidade conjugal, percepção de apoio da rede e revelação da OAS dos sujeitos investigados.

Posteriormente, serão apresentados os dados referentes a análise correlacional entre as variáveis qualidade conjugal e percepção de apoio na família, amigos e trabalho/escola, a partir do teste de Spearman. O nível de significância utilizado nos testes estatísticos foi de 5% ($P < 0,05$). Neste estudo, consideramos apenas as correlações com o valor do coeficiente de Spearman acima de 0,3, que foram estatisticamente significativas.

Descrição da Amostra

A amostra desta pesquisa contou com 64,4% de homens e 30,6% de mulheres. Desta, 78,3% tinham escolaridade de nível superior e 92,8% estavam trabalhando. A renda se distribuiu de forma homogênea, num intervalo que variou de um (01) a mais que dez (10) salários mínimos mensais. Quase metade da amostra, 47,7%, coabita com o parceiro(a), sendo que o tempo de coabitação variou de 06 meses a 25 anos (média=7,9; dp=6,4). O tempo de relacionamento dos sujeitos entrevistados também variou de 06 meses a 25 anos (média=5,8; dp=5,6). Dos que não coabitam com seus parceiros, 28,8% moram com a família e 20,7% moram sozinhos. Quando questionados sobre como definem seu relacionamento, 37,8% responderam namoro, 31,5% casamento e 27,9% união estável.

Ainda que a intenção não tenha sido a de realizar um estudo com amostra representativa, devido à impossibilidade de aceder a dados que favorecesse o cálculo amostral, observa-se que a amostra do estudo é bastante heterogênea em suas características sócio-bio-demográficas.

A Qualidade Conjugal, Apoio Social e OAS

Verificamos também na amostra os níveis de Qualidade Conjugal (QC) e a percepção de Apoio Social da Rede nos três mapas: Família (ASF), Amigos (ASA) e Trabalho/Escola (AST), assim como os níveis de Revelação da OAS nestes mesmos mapas (RvF, RvA e RvT) conforme a Tabela 1.

Tabela 01: Níveis de qualidade conjugal, apoio social³ e revelação⁴ em percentagem.

	QC(%)	ASF(%)	ASA(%)	AST(%)	RvF(%)	RvA(%)	RvT(%)
1	-	-	-	2,7	7,2	0,9	18
2	-	0,9	0,9	7,2	11,7	2,7	20,7
3	0,9	8,1	4,5	41,4	14,4	4,5	18
4	46,8	69,4	59,5	41,4	24,3	32,4	18,9
5	52,3	21,6	35,1	7,2	42,3	59,5	22,5

Nota-se que os valores mais altos da QC ficaram entre alto e muito alto (4 e 5), somando 99,1% das respostas nestes dois itens. O ASF e o ASA também se concentraram em alto e muito alto (4 e 5), somando 91% e 94,6%, respectivamente. Já o AST teve concentração maior entre médio e alto (3 e 4), somando 82,8% nestes itens.

³ Dividimos os níveis destas quatro primeiras variáveis em 05 categorias, onde 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto e 5-muito alto

⁴ Dividimos os níveis das três últimas variáveis em 05 categorias, onde 1-ninguém sabe, 2-poucos sabem, 3-alguns sabem, 4-muitos sabem e 5-todos sabem.

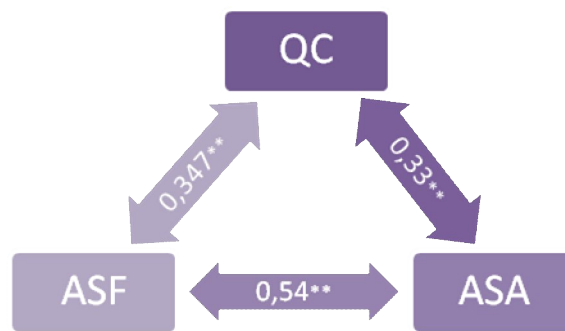
Com relação à revelação da orientação afetivo-sexual, na família e nos amigos, novamente a maioria das respostas concentrou-se entre os itens 4 e 5 (muitos ou todos sabem). Houve uma divisão homogênea entre as respostas nas relações de trabalho/escola, com variação de 4,5% entre a menor (18%) e a maior (22,5%) porcentagem.

Correlacionamos a variável Qualidade Conjugal (QC) com as variáveis de Apoio Social, medidas nos três mapas estudados: Família (ASF), Amigos (ASA) e Trabalho/escola (AST). Em seguida, correlacionamos as variáveis de Apoio Social entre si e chegamos a um modelo explicativo de correlação entre as variáveis estudadas.

Houve uma correlação positiva entre QC e ASF ($r_s=0,347$; $p=0,000$), assim como entre QC e ASA ($r_s=0,33$; $p=0,000$). Entretanto, a correlação entre QC e AST não foi estatisticamente significativa. Quando correlacionamos as variáveis de apoio entre si, encontramos correlação significativa somente entre ASF e ASA ($r_s=0,54$; $p=0,000$) conforme a Figura 1.

Não houve correlação significativa entre qualidade conjugal e aceitação da orientação afetivo-sexual, assim como entre qualidade conjugal e revelação, em nenhum dos mapas estudados.

Figura 2: Qualidade Conjugal, Apoio Social Família e Apoio Social Amigos



Discussão dos Resultados

A partir dos resultados da Tabela 1, podemos inferir que esta amostra tem altos níveis de qualidade conjugal, assim como percebe altos níveis de apoio tanto da família como dos amigos. Estes dados, acompanham a informação de que a amostra investigada revela sua orientação afetivo-sexual a instância família e amigos mais do que aos colegas de trabalho/escola. Podemos pensar que a elevada satisfação conjugal se explique pelo tempo de convivência (média=5,8; dp=5,6) e coabitação (47,7% dos entrevistados vivem com a/o companheira/o). Esses achados corroboram os registros encontrados na literatura de que gays e lésbicas na atualidade tem vivenciado relações que valorizam o afeto e a flexibilidade conjugal, experienciando bons níveis de vinculação amorosa, desejo à parentalidade e a divisão de uma vida em conjunto (Laird & Green, 1996; Féres-Carneiro, 1997; LaSala, 2000; Elizur & Mintzer, 2003; Solomon, Rothblum & Balsam, 2004; Rostosky et al, 2004).

Os altos níveis de apoio da família e dos amigos revelam a melhor eficácia que a pessoas pertencentes a esses dois contextos tem desempenhado suas funções de apoio para os sujeitos entrevistados do que aquelas que compõem o mapa trabalho/escola. O contexto laboral, além de não favorecer relações mais próximas e afetivas, inclui competição, rivalidades, entre outras pautas que podem vir a restringir algumas funções,

tais como Apoio Emocional, Companhia Social e Aceitação da Orientação Afetivo-Sexual.

O fato de que a família (66,9%) e os amigos (90%) saibam da OAS dos participantes pode-se explicar a partir do apoio percebido. Nesse caso, abre-se um espaço para que o segredo em relação à situação afetiva seja quebrado.

Ainda que o ambiente de trabalho/escola não seja facilitador da revelação da OAS, constatou-se uma diversidade na distribuição das respostas. Isso é, entre a amostra, existem desde sujeitos que não revelam a ninguém assim como aqueles que revelam a todos na mesma proporção (Tabela 1, coluna RvT). Frente a isso podemos vislumbrar que, assim como o apoio dos amigos veio a modificar a atitude da revelação no contexto da família, quebrando preconceitos e aumentando os níveis de tolerância e suporte dos sujeitos com essa orientação, da mesma forma, o aumento do suporte no mapa familiar pode vir a ser “âncora” para relações mais transparentes no espaço laboral.

Quanto a Qualidade Conjugal, nesse estudo rejeitamos a hipótese de que não existe uma correlação entre QC e ASF. A correlação positiva entre QC e ASF demonstra que bons níveis de apoio familiar são construtores de identidades mais saudáveis nos sujeitos, fazendo com que estes padrões de saúde possam ser levados a sua relação conjugal, sendo, inclusive preditores da qualidade vivenciada nas relações amorosas, tal como mostram as pesquisas com casais heterossexuais (Mosmann, et al. 2006). Isto nos leva a crer que o construto da QC abrange toda forma de relacionamento íntimo e amoroso, ocorrendo com casais de mesmo ou de diferentes sexos, transcendendo a Orientação Afetivo Sexual das pessoas envolvidas.

Há correlação positiva entre QC e ASA, confirmando-se a segunda hipótese. Nesse caso, revela-se a importância dos amigos na criação de espaços de aceitação e

acolhida, o que favorece o desenvolvimento das instancias individuais dos sujeitos envolvidos na relação íntima. Sabe-se que a qualidade conjugal implica no exercício e preservação da individualidade e, provavelmente, os amigos são aqueles que delimitam esse espaço.

Esta correlação também indica que bons níveis de apoio familiar fazem com que os sujeitos escolham amigos que repitam estes padrões de apoio. Logo, bons níveis de ASF podem levar a escolha de amigos que desempenham tais funções de maneira mais saudável, retroalimentando esta correlação.

Sendo assim, o triangulo correlacional entre QC, ASF e ASA demonstra a importância da interação dessas instancias na possibilidade de construção de relações mais satisfatórias e eficazes em suas funções. Além do mais, expressa a complexidade conceitual que envolve ambas as dimensões: Apoio Social e Qualidade Conjugal, as quais encerram uma variabilidade de aspectos que se interconectam e se influenciam entre si (Mossman & Wagner, 2008)

Entendemos que as sete funções de apoio medidas e exercidas pela família e pelos amigos favorecem o desenvolvimento da construção da subjetividade humana, assim como abrem caminho para o desenvolvimento da qualidade conjugal. Desta forma, a companhia social, o apoio emocional, os guias cognitivos, o controle social, o apoio material, o acesso a novos contatos e a aceitação da orientação afetivo-sexual também fazem parte da construção e manutenção da qualidade conjugal. Assim como a coesão e a flexibilidade como valores também podem ser entendidas como funções de apoio da família e dos amigos.

Por fim, a não existência de uma correlação significativa entre QC e ambas as variáveis Aceitação da Orientação Afetivo-sexual e Revelação da OAS nos três mapas confirma a terceira e rejeita a quarta hipótese, respectivamente. A qualidade conjugal

independe da aceitação e da revelação da OAS dos sujeitos entrevistados. Nesse caso, este dado demonstra uma mudança na atitude das pessoas frente ao preconceito social quanto às relações homoafetivas. Além disso, expressa que as pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo estão assumindo para si a sua forma de amar e se fortalecem para combater a homofobia, não dependendo da aceitação ou revelação social para vivenciarem bons níveis de qualidade conjugal.

Considerações finais

Este estudo mostrou a relevância dos mapas família e amigos como rede de apoio nas relações amorosas, indicando um entendimento mais complexo deste construto à luz das funções de apoio.

A partir dos resultados encontrados, pensamos que dispositivos que objetivam a otimização dos níveis de qualidade conjugal, como a terapia de casal, de família e intervenções psicossociais, devam incluir as relações que os casais têm com suas famílias e com seus amigos. Acionar ou criar estas redes de apoio contribuirão para a maior satisfação da relação amorosa tanto de gays e lésbicas como de heterossexuais.

Entendemos que a qualidade das relações amorosas também deve ser medida a partir das sete funções de apoio, complementando os construtos de coesão e flexibilidade. O construto qualidade conjugal vai além do relacionamento focado no casal, como medem muitos instrumentos que o avaliam.

Chamou-nos atenção que alguns dos sujeitos entrevistados perguntaram onde deveriam incluir seu cônjuge: na família ou nos amigos? A partir disso, percebemos que a relação conjugal se constitui de forma diferente e única na vida dos sujeitos, com dinâmicas e nuances específica a partir de cada cultura e da forma como cada um a vivencia. Nesse caso, trabalhar com a conjugalidade é considerar as idiossincrasias inerentes a todas as relações amorosas, independentemente da sua configuração.

Referências

- Amorin, F. (2005, 11 de novembro). *Casal de lésbicas adota crianças*. *Jornal Zero-Hora*, 39.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Elizur, Y. & Mintzer, A. (2003). Gay males' intimate relationship quality: the roles of attachment security, gay identity, social support, and income. *Personal Relationships*, 10, 411-435.
- Falcke, D., Wagner, A., Beck, C. & Veras, J. (2001). Família de Origen: el pasado presente en el futuro. *Cuadernos de Terapia Familiar*, 15 (2), 73-82.
- Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2 (10), 351-368.
- Falceto, O. G., Busnello, E. D. & Bozzetti, M. C. (2000). Validação de escalas diagnósticas do funcionamento familiar par utilização em serviços de atenção primária à saúde. *Rev Panam Salud Publica*, 7 (4).
- Green, R. J.; Bettinger, M. & Zacks, E. (1996). *Are lesbians couples fused and gay male couples disengaged?: questioning gender straighjackets*. In J. Laird & R.J. Green (1996): *Lesbians and gays in couples and families*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Green, R. J. (2004). Risk and resilience in lesbian and gay couples: comment on Solomon, Rothblum, and Balsam. *Journal of Family Psychology*, 18 (2), 290-292.

- Laird, J. & Green, R. J. (Eds), (1996). *Lesbians and gays in couples and families*. San Francisco: Jossey-Bass.
- LaSala, M. C. (2000). Gay male couples: the importance of coming out and being out to parents. *Journal of Homosexuality*, 39, 47-71.
- Mello, L. (2005). Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu*, 24, 197-225.
- Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. (2006). *Casal de lésbicas adota crianças*. Obtido em 04 de outubro, 2006, de <http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping/id39593.htm>.
- Minuchin, S. (1982). *Família: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mosmann, C. P., Wagner, A., & Feres-Carneiro, T. (2006). Qualidade Conjugal: Mapeando conceitos. *Paideia*, 16, 315-325.
- Mosmann, C. P. (2007). *Qualidade Conjugal e Estilos Educativos Parentais*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Mosmann, C. & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10, 79-103.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Osório, L. & Valle, M. E. (2002). *Terapia de Famílias: Novas Tendências*. São Paulo: Artmed Editora.

- Oswald, R. (2002). Resilience within the family networks of lesbian and gay men: intentionality and redefinition. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 374-383.
- Rostosky, S., Korfhage, B., Duhigg, J., Stern, A., Bennett, L. & Riggle, E. (2004). Same-sex couple perceptions of family support: a consensual qualitative study. *Family Process*, 10 (2), 43-57.
- Solomon, S., Rothblum E. & Balsam, K. (2004). Pioneers in partnership: lesbian and gay couples in civil unions compared with those not in civil unions and married heterosexual siblings. *Journal of Family Psychology*, 18 (2), 275-286.
- Spencer, C. (1996). *Homossexualidade: Uma História*. Rio de Janeiro: Record.
- Stearns, D.C. & Sabini, J. (1997). Dyadic adjustment and community involvement in same-sex couples. *Journal of Gay, Lesbian, and Bisexual Identity*, 2, 265-283.
- Sluzki, C. (1996). *La red social: Fronteras de la práctica sistémica*. Barcelona: Gedisa.
- Wagner, A. (2004). Desafios de la terapia familiar ante la transgeracionalidad. *Cuadernos de Terapia Familiar*, 2 (56-57), 21-26.
- Wagner, A. (Org.). (2005). *Como se Perpetua a Família? A transmissão de modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Wikipedia. (2008). *Homosexuality laws of the world*. Recuperado em 10 dezembro, 2008, de http://en.wikipedia.org/wiki/Homosexuality_laws_of_the_world.

Considerações Finais

Todos os resultados do estudo apresentado corroboram a necessidade da pesquisa no campo da homoafetividade, especialmente no que diz respeito à conjugalidade e a rede de apoio social.

É relevante salientar a dificuldade em conseguir sujeitos que atendessem os pré-requisitos estipulados para a execução da pesquisa e o restrito tempo de coleta de dados. Apesar disso, os objetivos de trabalhar os termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo, a construção do instrumento para medir a percepção do apoio social e a análise da correlação entre qualidade conjugal e percepção apoio social, foram atingidas.

Entendemos que para se trabalhar nesta área é preciso despir-se de preconceitos sociais, criados a partir de estratégias de poder para o exercício do controle social, sem bases científicas e críticas. Logo, vemos que é fundamental estar a par dos contextos que geraram os termos que nomeiam estas relações entre pessoas do mesmo sexo (sodomia, homossexualismo, homossexual, homoafetivo, gay, etc.). Apesar disso, percebemos que os conceitos por detrás destes termos são os maiores produtores de sofrimento ou bem-estar social. Desta forma, optamos por utilizar no trabalho os termos “gay”, “lésbica” e “homoafetivo”, pois entendemos que estes são os que mais condizem com a complexidade do fenômeno estudado, envolvendo também aspectos culturais e de gênero.

Seguindo estes preceitos éticos e conceituais, pudemos buscar criar um instrumento que pudesse transcender estas questões de orientação afetivo-sexual e servisse como ferramenta para o trabalho quantitativo em relação à Rede de Apoio Social. Pretendemos seguir trabalhando com este instrumento e aprimorando suas

especificidades para que contemple outros parâmetros como raça, diferenças de gênero, classe social e outras.

Por fim, estendemos que a grande contribuição deste estudo reside na desconstrução do mito em relação à homoafetividade e a família. Percebemos que a família como rede essencial na formação da saúde e bem-estar psicossocial das pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo está apoiando de forma geral, aceitando e concedendo mais espaço para a revelação da orientação afetivo-sexual. Esses dados nos apontam uma direção importante no seguimento do trabalho com gays e lésbicas que nesta pesquisa se mostrou em déficit em relação ao contexto familiar e dos amigos: as relações no trabalho e na escola.

Sugerimos que estudos futuros possam pesquisar mais os contextos de trabalho e acadêmico dos sujeitos com essa condição a fim de entender melhor como estes se relacionam com os níveis de saúde de pessoas em relacionamento homoafetivo. Pesquisas como essas podem vir a contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária em todos os sentidos, que zele por valores como o respeito e dê espaço para a dignidade humana.

ANEXOS

Anexo A

Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Ofício 281/08-CEP

Porto Alegre, 26 de março de 2008.

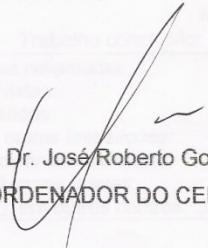
Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS
apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 08/03989, intitulado:
"Conjugalidade gay e lésbica, rede de apoio e família de origem".

Sua investigação está autorizada a partir da
presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser
entregues a este CEP.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Profa Adriana Wagner
N/Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep

Anexo B

PAS-IF: Percepção do Apoio Social – Inventário de Funções

Abaixo você verá várias frases sobre como você percebe as pessoas com quem você convive. Separamos estas pessoas em três grupos: **FAMÍLIA**, **AMIGOS** e relações de **TRABALHO** ou **ESCOLA**. Em cada um desses grupos marque com um **X** somente na alternativa que mais te descreve, onde o número 1 é quando a afirmativa não te descreve em nada e 5 é quando a frase te descreve totalmente.

		1 – Não me descreve em nada	2 – Me descreve pouco	3 – Me descreve mais ou menos	4 – Me descreve bastante	5 – Me descreve totalmente
1. Quando quero fazer algum programa de lazer (dança, cinema, parque...) posso contar com a companhia de alguém.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
2. As pessoas com quem me relaciono e gosto me fazem sentir emoções boas.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
3. Tenho bons exemplos das pessoas que eu admiro.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
4. Quando estou com as pessoas que gosto, acabo conhecendo gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
5. Existem pessoas que gosto e que me freiam quando fico brabo(a).	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
6. Sou respeitada(o) na maneira como vivo minha vida amorosa e sexual.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
7. Se necessito de uma carona para algum lugar, existe alguém para quem eu possa pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
8. Quando estou em dúvida sobre algo importante, tenho quem me dê bons conselhos.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
9. Tenho pessoas que me estimulam positivamente quando estou com alguma dificuldade.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
10. Posso contar com alguém para fazer novos amigos ou conhecidos.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
11. Sou lembrado(a) dos meus deveres pelas pessoas que são importantes para mim.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
12. As pessoas importantes pra mim sabem sobre como vivo minha vida amorosa e sexual.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
13. Costumo realizar alguma atividade de lazer (sair, jogar, conversar, etc) com quem eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
14. Se preciso de ajuda financeira num momento de crise, não tenho para quem pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
15. Tenho um ambiente que me ajuda conhecer gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
16. Quando não faço o que tenho que fazer, sou alertado(a) pelas pessoas que me querem bem.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
17. Sou convidada(o) quando há festas, encontros ou cerimônias.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
18. Quando preciso de afeto ou carinho, não tenho quem me dê.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
19. Se preciso de dinheiro para alguma coisa tenho para quem pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5

		1 – Não me descreve em nada	2 – Me descreve pouco	3 – Me descreve mais ou menos	4 – Me descreve bastante	5 – Me descreve totalmente
20. As pessoas importantes para mim gostariam que eu fosse diferente na forma como vivo minha sexualidade.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
21. Das pessoas que convivo, existe pelo menos alguém que me serve de modelo para a vida.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
22. As pessoas com quem me relaciono não me apresentam gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
23. Sou cobrado(a) das minhas responsabilidades pelas pessoas que eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
24. Se estou me relacionando com alguém, ele(a) também é convidado(a) para festas ou cerimônias.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
25. Tenho com quem “bater um papo”.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
26. Das pessoas que tenho boas relações, não tenho quem me sirva como exemplo para a vida.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
27. Se fico doente, posso contar com a ajuda de alguém para algo material.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
28. Confio nas pessoas que eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5

Anexo C

Instrumento Completo – PAS-IF, Faces III e Dados Sócio-bio-demográficos

Abaixo você verá várias frases sobre como você percebe as pessoas com quem você convive. Separamos estas pessoas em três grupos: **FAMÍLIA**, **AMIGOS** e relações de **TRABALHO** ou **ESCOLA**. Em cada um desses grupos marque com um **X** somente na alternativa que mais te descreve, onde o número 1 é quando a afirmativa não te descreve em nada e 5 é quando a frase te descreve totalmente.

		1 – Não me descreve em nada	2 – Me descreve pouco	3 – Me descreve mais ou menos	4 – Me descreve bastante	5 – Me descreve totalmente
1. Quando quero fazer algum programa de lazer (dança, cinema, parque...) posso contar com a companhia de alguém.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
2. As pessoas com quem me relaciono e gosto me fazem sentir emoções boas.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
3. Tenho bons exemplos das pessoas que eu admiro.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
4. Quando estou com as pessoas que gosto, acabo conhecendo gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
5. Existem pessoas que gosto e que me freiam quando fico brabo(a).	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
6. Sou respeitada(o) na maneira como vivo minha vida amorosa e sexual.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
7. Se necessito de uma carona para algum lugar, existe alguém para quem eu possa pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
8. Quando estou em dúvida sobre algo importante, tenho quem me dê bons conselhos.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
9. Tenho pessoas que me estimulam positivamente quando estou com alguma dificuldade.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
10. Posso contar com alguém para fazer novos amigos ou conhecidos.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
11. Sou lembrado(a) dos meus deveres pelas pessoas que são importantes para mim.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
12. As pessoas importantes pra mim sabem sobre como vivo minha vida amorosa e sexual.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
13. Costumo realizar alguma atividade de lazer (sair, jogar, conversar, etc) com quem eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
14. Se preciso de ajuda financeira num momento de crise, não tenho para quem pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
15. Tenho um ambiente que me ajuda conhecer gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
16. Quando não faço o que tenho que fazer, sou alertado(a) pelas pessoas que me querem bem.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
17. Sou convidada(o) quando há festas, encontros ou cerimônias.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
18. Quando preciso de afeto ou carinho, não tenho quem me dê.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
19. Se preciso de dinheiro para alguma coisa tenho para quem pedir.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5

		1 – Não me descreve em nada	2 – Me descreve pouco	3 – Me descreve mais ou menos	4 – Me descreve bastante	5 – Me descreve totalmente
20. As pessoas importantes para mim gostariam que eu fosse diferente na forma como vivo minha sexualidade.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
21. Das pessoas que convivo, existe pelo menos alguém que me serve de modelo para a vida.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
22. As pessoas com quem me relaciono não me apresentam gente nova.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
23. Sou cobrado(a) das minhas responsabilidades pelas pessoas que eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
24. Se estou me relacionando com alguém, ele(a) também é convidado(a) para festas ou cerimônias.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
25. Tenho com quem “bater um papo”.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
26. Das pessoas que tenho boas relações, não tenho quem me sirva como exemplo para a vida.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
27. Se fico doente, posso contar com a ajuda de alguém para algo material.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5
28. Confio nas pessoas que eu gosto.	Família	1	2	3	4	5
	Amigos	1	2	3	4	5
	Trab/Esc	1	2	3	4	5

Pensando em como é a sua relação com seu(sua) companheiro(a) **atualmente** responda às próximas questões. Leia cada afirmativa cuidadosamente e decida pela resposta que melhor descreve como você se sente em seu relacionamento com ele ou ela. Marque com um X o número que corresponde à sua resposta.

	Quase nunca (1)	Alguma vez (2)	Às vezes (3)	Com frequência (4)	Quase sempre (5)
1. Nós pedimos ajuda um ao outro.					
2. Quando surgem problemas, chegamos a uma solução em consenso.					
3. Aprovamos os amigos que cada um de nós tem.					
4. Somos flexíveis na forma de lidar com nossas diferenças.					
5. Gostamos de fazer coisas juntos.					
6. Qualquer um de nós atua como líder em nosso relacionamento.					
7. Nos sentimos mais próximos um do outro que de pessoas alheias a nós.					
8. Mudamos a forma de executar nossas tarefas.					
9. Gostamos de passar nosso tempo livre juntos.					
10. Tentamos maneiras novas de resolver os problemas.					
11. Nos sentimos muito próximos um do outro.					
12. Em nossa relação tomamos as decisões juntos.					
13. Compartilhamos gostos e interesses.					
14. As regras mudam em nossa relação.					
15. Facilmente pensamos em coisas que podemos fazer como casal.					
16. Alternamos as responsabilidades da casa.					
17. Consultamos um ao outro em nossas decisões.					
18. É difícil identificar quem é o líder em nossa relação.					
19. Nossa união é prioridade.					
20. É difícil dizer quem de nós faz as tarefas domésticas.					

DADOS SÓCIO-BIO-DEMOGRÁFICOS:

1. Idade: ____ anos
2. Sexo: () M () F
3. Escolaridade cursada/cursando:

<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 1º grau	<input type="checkbox"/> Pós-Graduação
<input type="checkbox"/> Ensino Médio – 2º grau	<input type="checkbox"/> Sem instrução
<input type="checkbox"/> Ensino Superior	
4. Você trabalha?

Sim () Não
5. Qual a sua ocupação? _____.
6. Qual a sua renda, aproximadamente, em salários mínimos mensais?

<input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo	<input type="checkbox"/> de 7 a 9 salários mínimos
<input type="checkbox"/> de 1 a 3 salários mínimos	<input type="checkbox"/> mais de 10 salários mínimos
<input type="checkbox"/> de 4 a 6 salários mínimos	
7. Com quem você mora atualmente?

família (pai, mãe, irmãos)

sozinho

amigos

parceiro(a)/ companheiro(a). Há quanto tempo mora com este(a)? ____ ano(s) ____ meses

outros. Quem? _____
8. Há quanto tempo você está com seu(a) companheiro(a) atual? ____ ano(s) ____ meses
9. Como você define seu relacionamento amoroso?

<input type="checkbox"/> ficando (sem expectativas de namoro)	<input type="checkbox"/> união estável
<input type="checkbox"/> ficando (com expectativas de namoro)	<input type="checkbox"/> casamento
<input type="checkbox"/> namoro	<input type="checkbox"/> outro: _____
10. Marque as opções que você possui em conjunto com seu(sua) companheiro(a):

<input type="checkbox"/> declaração de união estável	<input type="checkbox"/> trabalho ou empreendimento
<input type="checkbox"/> seguro de vida	<input type="checkbox"/> plano de saúde
<input type="checkbox"/> conta conjunta	<input type="checkbox"/> outros: _____
11. Tem filhos? Se não, vá para a pergunta número 14.

Sim () Não
12. Quantos filhos você tem? _____
13. Qual a idade e o sexo dele(s)?

idade: ____ sexo: ____ / idade: ____ sexo: ____ / idade: ____ sexo: ____ / idade: ____ sexo: ____.
14. Deseja ter filhos? Se não, vá para a pergunta número 16.

Sim () Não
15. De que forma você teria filhos? Marque quantas alternativas achar necessário.

<input type="checkbox"/> adoção	<input type="checkbox"/> relação sexual com o sexo oposto
<input type="checkbox"/> fertilização <i>in-vitro</i>	<input type="checkbox"/> barriga de aluguel
<input type="checkbox"/> inseminação artificial	<input type="checkbox"/> outro(s): _____
16. Marque com um X a alternativa que descreve quantas pessoas sabem de forma **aberta/explicita** sobre como você vive sua vida amorosa e sexual?

	<i>1-Ninguém sabe</i>	<i>2-Poucos sabem</i>	<i>3-Alguns sabem</i>	<i>4-Muitos sabem</i>	<i>5-Todos sabem</i>
<i>Família</i>	1	2	3	4	5
<i>Amigos</i>	1	2	3	4	5
<i>Trab/Esc</i>	1	2	3	4	5

Muito obrigado por participar!

Para o pesquisador: Questionário no. ____ / Amostra ()